



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1258/12	DATA: 05/09/2012
INÍCIO: 11h06min	TÉRMINO: 13h42min	DURAÇÃO: 02h34min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h34min	PÁGINAS: 53	QUARTOS: 31

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Ministro das Relações Exteriores.

SUMÁRIO: Discussão sobre a atual política no Ministério das Relações Exteriores, preocupações do MERCOSUL, em especial a suspensão do Paraguai e a inclusão da Venezuela.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.  
Há palavra ininteligível.  
Há orador não identificado em breve intervenção.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Bom dia aos colegas Parlamentares, à assessoria aqui presente, à assessoria do Ministério das Relações Exteriores, à imprensa.

Gostaria de agradecer ao nosso Ministro Antonio de Aguiar Patriota, que honra a nossa Comissão com a sua presença.

Nós temos muitos assuntos aqui hoje, Ministro, mas eu queria rapidamente lembrar que a autoria dos requerimentos que possibilitaram a realização desta reunião é dos Parlamentares Íris de Araújo, Carlos Alberto Leréia, Claudio Cajado e Perpétua Almeida, para que o Ministro viesse discutir a atual política no Ministério das Relações Exteriores, e do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, para tratarmos das preocupações do MERCOSUL, em especial a suspensão do Paraguai e a inclusão da Venezuela.

Queria aproveitar e registrar aqui, Embaixador, a presença dos Embaixadores Ruy Nogueira, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores — muito obrigada —; do Embaixador Antonio Simões; do Embaixador Pedro Bório, que é também Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos; da Ministra Vera Campetti; do Ministro Carlos Guedes; e da Embaixadora Vera, Subsecretária-Geral de Política do Ministério das Relações Exteriores.

Queria comunicar aos colegas Parlamentares que eu vou fazer circular a lista de inscrições, para o caso de, durante a fala do Ministro, surgir para algum Parlamentar o interesse de falar.

Gostaríamos, já, para ganhar tempo, de passar a palavra para o nosso Ministro Patriota, das Relações Exteriores.

**O SR. MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA** - Muito obrigado.

Queria agradecer à Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputada Perpétua, minha amiga, e a todos os Deputados aqui presentes esta oportunidade, que eu valorizo muito.

Já fazia um pouco de tempo que eu não vinha aqui para uma conversa, e eu acho que esta é uma boa ocasião para tentar atender às duas solicitações específicas. Uma delas é bem genérica: política externa, com foco em 2012. Tentarei traçar um panorama do que já foi realizado este ano e de alguns eventos importantes que estão por ocorrer até o fim do ano. E há a questão do Paraguai e da



Venezuela no MERCOSUL, que, entendo, é de interesse específico. Eu já fiz uma apresentação alguns dias atrás, na Comissão do Senado, sobre esse tema, mas, com grande prazer, também a farei aqui, já passados alguns dias, inclusive, da cúpula especial que foi realizada aqui em Brasília para consignar a entrada da Venezuela no MERCOSUL.

Quero reconhecer a presença dos meus colegas Embaixador Ruy Nogueira e Embaixador Antonio Simões e dos demais colegas do Itamaraty, da imprensa e de todos os demais presentes.

Para traçar um breve panorama da política externa e dos acontecimentos mais importantes de 2012, eu começaria assinalando que a presença do Brasil no cenário internacional é cada vez mais forte e visível, e o seu perfil, cada vez mais elevado. Isso aí é reflexo de um trabalho que vem sendo realizado ao longo da última década, de presença física, mesmo, do Brasil no mundo.

Eu chamaria atenção para o número de repartições do Itamaraty no exterior, que chega a 226, se somarmos 138 embaixadas; 13 missões junto a organismos internacionais; 3 escritórios especiais e 72 repartições consulares. Ou seja, é uma presença verdadeiramente global e que nos situa entre os dez países com maior presença internacional. Em alguns continentes, como a África, estamos mesmo à frente de países altamente desenvolvidos, como o Reino Unido, que tem uma presença tradicional naquele continente.

Também assinalaria que, de 2 anos para cá, mantemos relações diplomáticas com todos os membros das Nações Unidas. Isso também não é um fato trivial. Para os senhores terem uma ideia, o único outro país, nas Américas como um todo, que mantém relações com todos os países membros da ONU é o Canadá. Isso também reflete um interesse pelo que se passa no mundo, por relações bilaterais diversificadas e também por uma atuação muito participativa nos organismos multilaterais, porque nós sabemos que, assim como no Parlamento doméstico, em que cada Deputado e cada Senador representa um voto, no parlamento mundial das Nações Unidas, cada país representa um voto. É muito importante, portanto, estabelecermos esses contatos e essas possibilidades de interlocução.

Essa presença internacional brasileira, que se beneficia de embaixadas, de contatos e de relações diplomáticas, também comporta uma vertente, eu diria, de



prestígio, de reconhecimento, de atribuição de valor ao que o Brasil representa no cenário internacional, em primeiro lugar, porque representamos um vetor de paz — nós praticamos a paz: nós não temos inimigos; nós vivemos em ambiente de cooperação e integração com todos os nossos vizinhos; estamos entre os países que têm o maior número de vizinhos no mundo —, e isso é um bem relativamente escasso no mundo atual. Se nós olharmos para as inúmeras áreas de tensão e conflito, em particular no norte da África, no Oriente Médio, em outras regiões da África, no Afeganistão, na Ásia, onde surgem focos de tensão, no mar da China meridional, entre outros, constataremos isso.

Outra característica que eu mencionaria resumidamente, mas que é fundamental, é nossa capacidade de aliar crescimento econômico, distribuição de renda, geração de emprego e justiça social em um ambiente de pleno vigor democrático no plano interno. Não há a menor dúvida de que essas características nos dão uma enorme autoridade quando nos engajamos na política externa, seja no nosso entorno sul-americano, regional, das Américas, seja com o mundo, nos organismos internacionais de forma geral.

Para compartilhar alguns números com os senhores e refletir um pouco acerca do dinamismo do que tem ocorrido nesse contexto de crescente interesse e também crescente demanda pelo Brasil no mundo, informo que a Presidenta Dilma Rousseff já realizou 21 visitas bilaterais e participou de 12 eventos multilaterais no exterior desde que assumiu. Ela recebeu 34 visitas de chefes de estado e de governo, sem contar o que vieram para a cerimônia de posse e os que participaram da Rio+20 — mais adiante, eu gostaria de falar um pouquinho sobre o que representou a Rio+20.

Eu próprio já realizei 53 visitas bilaterais e participei de 26 eventos multilaterais no exterior. Recebi 57 visitas de chanceleres estrangeiros, metade já em 2012. Ou seja, estamos no nono mês de 2012 e já, neste ano, recebi quase tantas visitas de chanceleres quanto no inteiro ano de 2011.

Acho que esses são números que revelam bem a intensificação da interlocução do Brasil com a região e com o mundo.

Para resumir e traçar, talvez, algumas das diretrizes que orientam a nossa atuação, eu a categorizaria em três grandes blocos.



Em primeiro lugar, cito a integração regional, que se desenvolve a partir de relações bilaterais intensas com todos os nossos vizinhos sul-americanos. Eu estou seguindo uma prática de receber pelo menos uma vez por ano os chanceleres de países vizinhos — em alguns casos, mais de uma vez — e realizar pelo menos uma visita por ano aos países da América do sul — em alguns casos, como Argentina e Venezuela, na prática, eu acabo realizando várias também. Além disso, decidi reunir, aqui em Brasília, duas vezes ao ano, todos os nossos Embaixadores na América do Sul.

Como eu costumo dizer aos nossos colegas que estão em postos sul-americanos — seja em Santiago, em Paramaribo, em Georgetown, em La Paz, em Lima —, a América do Sul é estratégica. Tendo em mente essa importância fundamental para a inserção internacional do Brasil, é muito importante que nós estejamos em permanente contato com essas embaixadas. Então, está instituída a reunião semestral com os Embaixadores da América do Sul aqui, no Brasil.

Depois, outro grande capítulo seriam as relações bilaterais extrarregionais — eu incluo em extrarregional tudo o que não tem a ver com a América do Sul, bem lembrando que a América Latina é uma área prioritária, e agora, também, beneficia-se da América do Sul, que tem o MERCOSUL, a UNASUL. A América Latina tem a CELAC — Comunidades dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos, com os quais interagimos de forma crescente. Também o Brasil estabelece mecanismos de aproximação com a CARICOM, por exemplo, com o Sistema de Integração Centro-Americana. Acabo de voltar de uma visita a El Salvador, que sediou uma reunião da CEPAL, igualmente um fórum que privilegiamos pela sua capacidade de gerar análises, projeções econômicas e comerciais para toda a região.

Quando nós olhamos para o extrarregional, vemos que há muita coisa acontecendo. Vemos os polos de poder que configuram aquilo que tem sido descrito como o surgimento de uma ordem internacional mais multipolar. E aí a interação é muita intensa com os polos tradicionais, vamos dizer assim: dos Estados Unidos, onde a Presidenta Dilma esteve neste ano, recebemos no ano passado a visita do Presidente Obama; a União Europeia, que é um parceiro estratégico; e os novos polos, os BRICs, tendo a Presidenta Dilma já participado de dois encontros de cúpula, o primeiro na China, no ano passado, e o segundo na Índia, neste ano —



nossa Presidenta também visitou todos, menos um dos membros dos BRICs, mas está planejada para ocorrer em breve uma visita oficial à Rússia, que é o único país ainda não visitado, isso até mesmo em função de uma preferência das autoridades russas por que aguardássemos a realização de eleições, que ocorreram neste ano. Portanto, essa visita poderá ocorrer em breve.

Além do contato com esses polos da ordem internacional emergente, nós temos também tentado dar uma atenção diferenciada a conjuntos e grupos de regiões onde a demanda por cooperação com o Brasil é grande. Eu penso tanto no Caribe como na África, mas também, e cada vez mais, na Ásia. Eu sei que a senhora esteve, recentemente, por exemplo, em Timor Leste, um país que se beneficia grandemente da colaboração brasileira. É uma democracia ainda frágil, mas que poderá, até o fim do ano, ficar livre da presença de uma missão das Nações Unidas, o que é boa notícia.

E também quero falar muito brevemente da Ásia, onde está a China, um parceiro estratégico, do qual nos aproximamos por inúmeros interesses econômicos e comerciais. Tivemos a visita do Primeiro-Ministro Wen Jiabao, recentemente, na Rio +20, com a adoção de um plano decenal.

Além disso, teremos a assinatura, muito brevemente, graças à aprovação pelo Congresso Nacional, de um tratado de amizade e cooperação com os países da ASEAN, que em seu conjunto representa um mercado tão importante para o Brasil quanto o Japão, em termos de comércio, e um bloco importante na OMC e em diferentes organismos internacionais. Para vocês terem uma ideia, se não fosse o apoio coletivo da ASEAN à candidatura do Professor Graziano à FAO, ele dificilmente teria sido eleito. Há uma convergência, inclusive, na defesa de interesses na área do desenvolvimento rural, da agricultura, que nos aproxima também.

Esse é um panorama rápido e sem entrar em muitos detalhes. Depois voltarei a falar um pouco da Rio +20 e de alguns eventos especialmente significativos do ano de 2012.

Mas não queria deixar de dedicar um tempo à questão do Paraguai e da Venezuela e à integração regional a partir do MERCOSUL e da UNASUL.



Acho que é importante lembrar, em primeiro lugar, que a integração, na nossa região, só ganhou impulso a partir da dos nossos países. E é nesse entendimento que a democracia é considerada um ingrediente essencial ao aprofundamento da nossa parceria com os países vizinhos.

Isso é compartilhado pelos Governos, pela sociedade brasileira e pela dos países vizinhos, mas, além disso, está hoje consignado em documentos subscritos pela unanimidade dos países: o Protocolo de Ushuaia, em relação ao MERCOSUL; a cláusula democrática da UNASUL, que vai na mesma direção. Hoje, também temos uma cláusula democrática para a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e do Caribe — CELAC, e até mesmo uma cláusula democrática dos países ibero-americanos, o que inclui, além dos latino-americanos e caribenhos, Portugal e Espanha.

Ou seja, não existe mais tolerância ou aceitação de aventuras antidemocráticas na região. A democracia é o pressuposto do aprofundamento da integração. E foi nesse sentido que os Chefes de Estado dos países integrantes do MERCOSUL e da UNASUL, reunidos em Mendoza, deliberaram sobre a situação do Paraguai e decidiram por uma suspensão — uma suspensão na participação das reuniões desses organismos, uma suspensão que não afetasse os interesses do povo paraguaio, os benefícios que para o Paraguai derivam da sua participação no MERCOSUL em particular, tanto como parceiro comercial como beneficiário de créditos no âmbito do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL — FOCEM.

É bom lembrar também que a amizade do Brasil pelo Paraguai não se vê comprometida por essa situação. O Paraguai continuará sendo um vizinho de primeira importância para o Brasil, tanto se olharmos pelo lado do comércio, quanto pelo lado da importância do projeto da Hidrelétrica de Itaipu, que nos une, e ainda pela presença de 250 mil a 300 mil brasileiros, às vezes chamados de brasiguaios, no Paraguai. Enfim, a centralidade do Paraguai para a política externa brasileira não precisa ser sublinhada, e o nosso mais firme desejo é que essa situação dure o menos possível e, no mais breve prazo, possamos restabelecer contatos plenos, no plano político também, para aprofundar aquilo que é um projeto coletivo dos países-membros do MERCOSUL e, cada vez mais, da América do Sul, em favor da



democracia, da prosperidade — prosperidade com distribuição de renda, combate à pobreza e justiça social.

Acho que é importante ter em mente, também, que as decisões a que chegaram os Chefes de Estado do MERCOSUL e da UNASUL foram alcançadas por consenso. Ou seja, não surgiram vozes que se opusessem à ideia da suspensão, ou que considerassem legítima a forma de destituição do Presidente Lugo — um presidente democraticamente eleito, no exercício de suas funções — tal como ocorreu, sem direito a amplo direito de defesa, mediante um rito considerado pela UNASUL como sumaríssimo.

Essa avaliação, aliás, decorre também de uma missão autorizada pelos Chefes de Estado — no meu caso, a Presidenta Dilma me pediu, durante a Rio+20, que eu fosse a Assunção — e, fato tampouco trivial, o de todos os chanceleres dos países sul-americanos, com uma única exceção — no caso da Bolívia, foi o Ministro da Defesa —, terem se deslocado para a Capital paraguaia, em menos de 24 horas, quando se tomou conhecimento do processo que acabaria resultando na destituição do Presidente Lugo.

São fatos completamente fora do comum em nossa região, e eu acho que devem ser considerados como reflexo do compromisso dos países da região com a democracia e também da busca de uma interlocução, que ocorreu em Assunção, tanto com o Presidente Lugo, como com o Vice-Presidente, à época, Frederico Franco, com lideranças do Parlamento e com lideranças partidárias.

O que se seguiu foi a suspensão, como os senhores conhecem, e a decisão tomada no mesmo dia em Mendonza pelo ingresso da Venezuela no MERCOSUL. Mais uma vez, uma decisão adotada por consenso. Uma vez suspenso o Paraguai, ele não poderia participar dessa decisão, embora o Paraguai tenha participado, sim, da decisão inicial, que foi unânime, favorável à negociação da ascensão da Venezuela ao MERCOSUL no início do processo.

Consideramos que o ingresso da Venezuela no MERCOSUL traz não só um elemento de muito peso econômico, comercial. A Venezuela é uma potência energética, é a quarta economia da América do Sul, é um país com uma economia dinâmica, com potencial extraordinário, ainda pouco desenvolvido em algumas áreas, como a agrícola e a industrial. E o seu ingresso também ajuda a ilustrar a





ideia de que o MERCOSUL não é um projeto para beneficiar apenas o sul do Brasil, mas um projeto que envolve o Brasil como um todo. O nosso propósito é o de que, a partir dessa aproximação entre os membros do MERCOSUL e da criação de acordos de livre comércio com os demais países sul-americanos, estejamos, na prática, constituindo, pouco a pouco, na América do Sul, uma zona de democracia, paz, livre comércio, livre circulação de pessoas e cooperação crescente.

Talvez uma palavrinha para sinalizar um acontecimento altamente alvissareiro: o anúncio, ontem, pelo Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, de conversações de paz entre o Governo da Colômbia e as FARC. O fato motivou uma reação da Presidenta Dilma Rousseff, que manifestou o repúdio à violência, de onde vier, para enfrentar os problemas econômicos, sociais e políticos da região, a defesa pelo Brasil do diálogo e da negociação e a certeza de que os atores envolvidos no processo de paz, reconciliação nacional terão a visão política e a sensibilidade social para pôr em primeiro lugar os interesses da Colômbia. Com a pacificação definitiva, que é o que esperamos ocorra na nação-irmã colombiana, na verdade, temos uma oportunidade histórica diante de nós na América do Sul, oportunidade que não se verificava pelo menos há 50 anos. O próprio Presidente Santos lembrou que o conflito existe há 50 anos, que a geração dele nunca conheceu uma Colômbia pacificada. E isso é uma circunstância que vem ao encontro do nosso propósito de preservar a América do Sul como zona de paz, cooperação, crescimento.

Lembro que o Brasil se encontra na presidência *pro tempore* do MERCOSUL durante este semestre. Gostaria de mencionar, brevemente, algumas das diretrizes e prioridades que inspirarão esta presidência: uma ênfase especial, como tem sido a atuação internacional da Presidenta Dilma praticamente em todos os contatos mantidos, em ciência e tecnologia e inovação tecnológica, com o olhar muito voltado para a importância de nos capacitarmos para competir num mundo que se revela altamente competitivo, em face do surgimento de atores que alinham tecnologia, massas de trabalhadores, grande população e outras vantagens comparativas; mas nós também, com grande determinação, queremos nos posicionar como um país que não apenas se destaca como supridor de matéria prima, de produtos agrícolas, mas também de bens de alta tecnologia e bens elaborados.



Queremos atribuir uma ênfase especial, como tem sido feito, por exemplo, no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, à educação e à capacitação da classe profissional trabalhadora brasileira, facilitando a mobilidade acadêmica na nossa região, aproveitando os centros de excelência que existem no MERCOSUL em áreas estratégicas, promovendo a interconexão de nossas redes de pesquisa, com um olhar especial para os jovens, porque, na verdade, a geração que esteve à frente do processo inicial de integração sente que é sua responsabilidade passar o bastão aos jovens, para que eles sintam, conheçam e participem cada vez mais do que poderá ser uma das regiões mais prósperas, justas e democráticas do mundo que se anuncia.

Lançaremos igualmente um olhar especial para o setor privado. Não é comum ocorrer em cúpulas do MERCOSUL encontros empresariais, mas estimamos que a próxima cúpula aqui, em Brasília, será uma oportunidade interessante para aproximarmos os setores privados. Teremos outros temas diante da nossa agenda, como aperfeiçoamento e aumento dos recursos disponíveis no Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL — FOCEM, que, aliás, deverá ser beneficiado de forma significativa. Antecipo esse fato com o ingresso da Venezuela. Quer dizer, será mais um país para contribuir para os recursos do FOCEM, recursos a serem, como tem sido o caso, direcionados a projetos de infraestrutura, de desenvolvimento urbano, sobretudo nos países de economia menor, em particular Uruguai e Paraguai.

Para falar um pouquinho sobre 2012, acho importante lembrar o significado da Rio+20, que mobilizou 50 mil participantes, um número enorme de Chefes de Estado e de Governo, mas também a sociedade civil e, como costume dizer, foi a conferência mais inclusiva da história das grandes conferências das Nações Unidas, talvez até mesmo inovando em alguns aspectos, como na organização do que chamamos de Diálogos. Foram 10 Diálogos sobre temas importantes para o desenvolvimento sustentável, Diálogos que reuniram acadêmicos, representantes de organizações não governamentais, indivíduos comprometidos, representantes do setor jornalístico do mundo inteiro, sociedade civil, para debater temas e chegar a conclusões que depois foram encaminhadas à conferência propriamente dita.



O processo de negociação do documento final — *O futuro que queremos* — é complexo, envolve um número enorme de participantes e interesses muitas vezes conflitantes. Mas a diplomacia brasileira correspondeu ao grande desafio que se apresentava a ela, uma vez que conseguiu fazer com que o texto — só 37% ou 40% dele estavam acordados, quando começou a conferência no Rio de Janeiro — passasse a ser 100% acordado e pudesse ser submetido aos Chefes de Estado e de Governo; um texto que representa um avanço muito importante e transformador para a percepção internacional, para o futuro debate internacional sobre temas ligados ao desenvolvimento. Ele coloca a erradicação da pobreza no centro das atenções das Nações Unidas, quando se trata de definir o futuro desenvolvimento sustentável. Ele aponta para a criação de objetivos de desenvolvimento sustentável a partir de um processo que ainda poderá levar mais 2 anos, mas que já foi, por assim dizer, desencadeado. Ele cria um fórum de alto nível sobre desenvolvimento sustentável que possa reunir num único local, nas Nações Unidas, os debates sobre economia, progresso social, meio ambiente, hoje em dia fragmentado e não coordenado, como os senhores sabem. Ele também estabelece diretrizes para que avancemos em relação ao financiamento dos meios de implementação das decisões da Rio+20.

Para mencionar algumas outras viagens importantes deste ano de 2012, lembro que a Presidenta Dilma esteve em Cuba e no Haiti, no início do ano, assim como também visitou a Alemanha, acompanhada de importante comitiva empresarial. Nesse país, o Brasil foi o homenageado pela Feira CeBIT, a maior feira de tecnologia da informação do mundo. Ou seja, mais uma vez, ênfase em ciência e tecnologia. Ela participou da cúpula dos BRICS que se realizou durante sua visita à Índia, um parceiro cada vez mais estratégico para a atuação brasileira, não só no plano bilateral, mas também na coordenação de temas econômicos, temas de paz e segurança, temas ambientais nos fóruns multilaterais.

Como já tive oportunidade de comentar, aos Estados Unidos foi uma visita com forte ênfase na cooperação educacional, visitando as Universidades de Harvard e o MIT. Também à época foram criados mecanismos de coordenação e de aproximação em áreas como ciência e tecnologia e inovação. Ela participou da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos, que já sinalizam a contagem regressiva



para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro e, antes disso, da Copa do Mundo. Essa visita incluiu também uma reunião de trabalho com o Primeiro-Ministro David Cameron. A propósito, lembro que estamos desenvolvendo com o Reino Unido um conjunto de ações que podem ser consideradas sem precedentes em matéria de cooperação entre dois países-sede de Jogos Olímpicos, sucessivamente, ou seja, um programa de observadores governamentais. Numerosos brasileiros participaram dos preparativos dos Jogos, e agora, em novembro próximo, haverá uma reunião no Brasil com representantes britânicos para se examinarem os êxitos e, digamos assim, os pontos talvez menos bem-sucedidos dos Jogos Olímpicos, nesse espírito de aprender com a experiência e evitar equívocos.

Daqui até o fim do ano — eu já mencionei a presidência brasileira do MERCOSUL e a cúpula de dezembro —, em primeiro lugar, a participação da Presidenta Dilma do debate na Assembleia Geral da ONU. Sua participação no ano passado foi um enorme êxito. Ela foi a primeira mulher a abrir o debate geral das Nações Unidas, e este ano ela participará uma vez mais.

Estamos esperando a visita do Presidente do Egito, Mohamed Mursi, que acaba de ser eleito. Será a primeira visita ao Brasil de um Presidente do Egito. É curioso nos darmos conta de que houve várias tentativas de se convidar o Chefe de Estado egípcio para visitar o Brasil. Essa será a primeira vez. Trata-se de um líder que traz uma nova visão do que pode ser um Egito redemocratizado, a partir do fenômeno da Primavera Árabe.

Haverá, no Peru, uma cúpula países sul-americanos/países árabes, no começo do mês de outubro. Estamos trabalhando com os anfitriões peruanos para tentar assegurar uma participação numerosa e significativa de líderes do mundo árabe. Esperamos que estejam todos os sul-americanos nessa reunião e outras visitas bilaterais que receberemos.

Também possivelmente realizaremos uma cúpula América do Sul/África, outro mecanismo criado nesses últimos anos e que já se reuniu por mais de uma ocasião.

Para concluir, não poderia deixar de comentar um pouquinho a agenda de paz e segurança internacional à luz das situações que nos preocupam, a gravidade da situação na Síria, em particular, onde observamos hoje a ocorrência de uma verdadeira guerra civil. A própria Cruz Vermelha já caracteriza o conflito sírio como



guerra civil. As estatísticas dão conta de 25 mil mortos, 250 mil feridos, 200 mil refugiados vivendo em condições muito precárias, sobretudo na fronteira com a Jordânia. O Brasil fez uma doação ao Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas, para apoiar, em particular, os refugiados no Líbano, para onde deslocamos nosso Embaixador, mas nem por isso estamos deixando de atender às famílias com dupla nacionalidade ou sírios que tenham interesse em vir ao Brasil. Recentemente, conseguimos concluir uma operação complexa: trazer para o Brasil, via Líbano, os familiares que se encontravam em zonas conflagradas.

O tratamento da questão Síria tem representado um desafio grande para as Nações Unidas. Tivemos um momento de expectativa positiva, digamos assim, quando se reuniu, em Genebra, um grupo de ação convocado pelo ex-Secretário Geral da ONU Kofi Annan e que produziu um documento consensual. A grande dificuldade tem sido conseguir com que os membros permanentes ocidentais do Conselho de Segurança — Reino Unido, França e Estados Unidos — cheguem a entendimentos com os dois não ocidentais — Rússia e China —, que resistem a iniciativas ou resoluções que impliquem ideia de uma intervenção militar ou mesmo de imposição de sanções e criação de zona de exclusão aérea, por exemplo.

Esse documento do grupo de ação de Genebra recolhia, de forma equilibrada, um número de objetivos realizáveis, à medida que as autoridades em Damasco se dispusessem, com boa-fé, a cessar a violência e a estabelecer um processo político de transição. Esse processo, obviamente, tem de ser levado a cabo pelos próprios sírios, com respeito à soberania e à integridade territorial da Síria, mas com apoio internacional.

O apoio internacional se manifestou também pelo deslocamento para a Síria de observadores militares. O Brasil mandou 11 observadores, mas, infelizmente, a presença desses observadores não foi renovada.

Há poucos dias, conversei com o novo enviado especial das Nações Unidas para a Síria, o ex-Chanceler da Argélia Lakhdar Brahimi. Embora ele manifeste uma dose realista de ceticismo em relação à sua capacidade de encontrar um caminho que leve à pacificação, o que vejo é que, se alguém tem capacidade de atuar como mediador, esse alguém é ele. Ele tem as credenciais necessárias: é um respeitado mediador com muitos anos de experiência, conhece muito bem a Síria, fala árabe,



conta com o apoio de todos os membros do Conselho de Segurança. Neste momento, a melhor aposta que temos é apoiar integralmente seus esforços, esforços, que, aliás, ele situa na continuidade do trabalho realizado pelo seu antecessor, o ex-Secretário-Geral da ONU Kofi Annan.

Em outras regiões do mundo árabe a situação se apresenta um pouco mais promissora. Na Tunísia, reformas políticas estão em andamento. Estive na Tunísia no primeiro semestre e fiquei muito positivamente impressionado com a atitude do Presidente e do Primeiro-Ministro, que são militantes pelos direitos humanos, pela democracia. A biografia deles lembra um pouco a de dirigentes da nossa região, como a da própria Presidenta Dilma e do Presidente Pepe Mujica, do Uruguai. São pessoas que foram encarceradas em virtude do seu compromisso com a justiça e com a democracia, mas que hoje procuram um futuro mais inclusivo, de mais oportunidade para a Tunísia.

Na Líbia, aos poucos, a situação se estabiliza, embora ainda apresente vários desafios, em face até mesmo da quantidade de armamentos que ficou no país e que hoje, de forma preocupante, começa a ser transferida para países vizinhos, como o Mali, onde acompanhamos com alguma apreensão a situação decorrente do golpe de Estado e da decretação de uma república islâmica na metade norte do país, assim como acompanhamos com grande preocupação e atuação diplomática no seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa a crise institucional na Guiné-Bissau. Esta semana, receberei, em Brasília, o Chanceler de Portugal e teremos oportunidade de conversar um pouco sobre isso.

Não posso deixar de mencionar também o persistente impasse na situação Israel/Palestina, que, no fundo, é uma espécie de crise subjacente a toda essa turbulência e tensão no Oriente Médio, mas que paradoxalmente não parece estar gerando o tipo de esforço diplomático negociador e de busca de uma solução, de um acordo de paz duradouro, como deveria ser o caso.

Temos denunciado muito em diferentes foros, nas Nações Unidas E em contatos bilaterais, a inoperância do chamado quarteto que reúne o Secretário-Geral da ONU, Rússia, Estados Unidos e União Europeia — que se reúne, mas não produz resultado palpável algum — e o silêncio do Conselho de Segurança em relação ao que nos parece ser um dos temas que deveria estar no topo da sua



agenda. Enfim, como apenas denunciar o imobilismo não é suficiente, temos que tentar também articular respostas. E aqui ainda como um processo muito incipiente, do qual participou o Deputado Alfredo Sirkis, eu organizei no Itamaraty, recentemente, uma reunião que trouxe para um debate informal representantes das diásporas de origem judaica e de origem árabe, em particular palestina, aqui no Brasil, um seminário chamado Lado a Lado, que representou um esforço que tenta pôr ênfase no fato de que aqui no Brasil essas comunidades vivem em harmonia. Em nossa região ocorre o mesmo. Em toda América do Sul existem comunidades de origem judaica e de origem árabe que vivem em harmonia. Então, por que não utilizar esse capital para, de alguma maneira, também mobilizarmos outros setores em Israel, na Palestina, no mundo árabe, a juventude, as organizações não governamentais em torno de projetos voltados para a cooperação e para a paz.

Eu espero que essa iniciativa tenha outros desdobramentos. Manterei os senhores informados sobre futuros encontros. Assim, de forma muito preliminar, nós estamos reunindo num documento as principais ideias e intervenções do seminário. Vamos distribuí-las na cúpula países sul-americanos-países árabes, a se realizar em Lima, como uma contribuição brasileira ao entendimento e à cooperação no Oriente Médio.

Era isso o que tinha a dizer numa visão geral. Depois, com prazer, tentarei responder às perguntas e atender aos comentários que forem feitos.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Ministro. Queria lhe passar aqui o jornal da nossa Comissão. Normalmente é um jornal semanal. Quero aproveitar para oficializar, mais uma vez, o nosso pedido. A Comissão está realizando um seminário de política externa nos dias 18 e 19. Aliás, o último evento que a Comissão fez com esse nível de preocupação sobre a política externa brasileira foi a 10 anos atrás. Então vamos estar fazendo esse seminário. Já encaminhamos os convites. Estamos buscando oficializar a presença de V.Exa. na abertura do seminário. E ainda nos dias 30 e 31 de outubro, nós vamos estar realizando um seminário de comércio exterior. A Comissão está entrando nesse debate também. O Brasil, como V.Exa. informou, está levando empresários para eventos internacionais.



Queria dizer para os colegas que 26 Parlamentares estiveram aqui na Comissão hoje. Agora neste momento temos 18 Parlamentares. A presença do Ministro foi muito bem prestigiada. Nós temos 10 inscritos. É claro que, pelas regras do nosso Regimento, seriam 3 minutos para cada Parlamentar. Mas sabemos que em 3 minutos não se consegue elaborar um pensamento. Se precisarmos avançar um pouquinho mais, até 5 minutos, no máximo, nós vamos liberar um pouco o tempo.

O próximo inscrito, que é um dos autores do nosso requerimento, é o Deputado Mendes Thame. Eu gostaria de passar a palavra a S.Exa., mas antes quero pedir ao Ministro licença para me retirar por 1 minuto. Peço ao Deputado Emanuel Fernandes que venha aqui. Vou à Presidência, rapidamente, assinar um protocolo com a Assembleia Legislativa do Acre que se encontra presente nesta Casa. A *TV Câmara* vai ser transmitida lá no Acre também. Eu vou lá, faço parte da assinatura e já retorno para cá. O Deputado Emanuel Fernandes terá que ficar aqui. Desses eventos de Estado, não podemos nos ausentar.

Tem a palavra o Deputado Mendes Thame.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Sr. Ministro, Deputado Emanuel que se encontra na Presidência, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar queria manifestar a satisfação pela sua presença, atendendo a esse convite que fizemos para que viesse aqui, além das explicações muito oportunas sobre a política externa brasileira como um todo, respondesse a algumas indagações nossas. Algumas dúvidas ficaram com relação ao episódio da entrada da Venezuela no MERCOSUL.

São quatro pontos. Gostaria de apresentar, para ganharmos tempo, todos de uma só vez. Ou, se preferir, posso também apresentar um de cada vez. Todos de uma vez?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Está bem.

O primeiro ponto é o seguinte: hoje, as agressões à democracia, principalmente na América Latina, não têm ocorrido da forma tradicional — um golpe de Estado, de militares tomando o poder. São muito mais sutis. São agressões tentando cercear a liberdade de imprensa, cercear o Judiciário; são agressões que





têm possivelmente na sua somatória um resultado extremamente deletério para os direitos humanos, para a liberdade dos cidadãos, mas não são tão explícitas, como a tomada de poder e a instalação de uma ditadura.

Por isso, o art. 1º do Protocolo de Ushuaia diz: “*A plena vigência das instituições democráticas*” — plena vigência das instituições democráticas — “*é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados Partes do presente Protocolo*”.

A forma como a Venezuela foi aceita — tão sumária, tão sumaríssima; e são os termos das suas colocações —, tão sumaríssima como foi a demissão do Presidente Fernando Lugo, sem direito de defesa o Paraguai, mostra, a nosso ver, que a diplomacia brasileira considera que a Venezuela mantém, na gestão do Presidente Hugo Chávez, a plena vigência das instituições democráticas, porque senão a Venezuela não poderia ter sido aceita, se houvesse uma análise diferente, uma análise que trouxesse dúvidas quanto à democracia na Venezuela, no atual Governo. Esta é a primeira questão. Se é realmente esta a posição do nosso Itamaraty: considerar que na Venezuela há uma democracia plena.

A segunda questão é a seguinte: a decisão de suspender o Paraguai do MERCOSUL foi tomada logo após a destituição do Presidente Fernando Lugo da Presidência, em um processo de *impeachment* que durou menos de 30 horas, processo de *impeachment* que todos nós condenamos. Afinal, o Paraguai não é um parlamentarismo, não é um país parlamentarista, em que eu posso trocar o primeiro-ministro por uma mera reunião, um mero voto de desacordo — eu não dou apoio, eu o retiro na hora. O Presidente foi eleito pela população. Portanto, é claro que há um *deficit* de democracia na legislação paraguaia. Mesmo que ela esteja seguindo à risca aquilo que diz a Constituição, há um *deficit* de democracia que nós esperamos que, com a participação no bloco, possa ser suprido posteriormente.

A rapidez do processo de demissão de Lugo foi questionada pelas autoridades do MERCOSUL, que disseram que o Paraguai desrespeitou a cláusula democrática assinada pelos Presidentes do bloco. E, por isso, o Paraguai foi suspenso, decisão contra a qual ninguém se manifestou. Todos anuíram aqui no Parlamento brasileiro.



Em função dessa colocação — que o Paraguai não cumpre a cláusula democrática e que a Venezuela a cumpre —, a revista britânica *The Economist*, em artigo publicado na ocasião dos fatos, diz: *O MERCOSUL cada vez mais se distancia de seus objetivos comerciais e caminha rumo a uma união meramente sociopolítica. A forma particular, inusitada, como a Venezuela entrou para o bloco é questionável. Os tratados todos do MERCOSUL preveem que os quatro países deveriam aprovar a integração, o que não ocorreu, faltando a ratificação do Senado paraguaio.* A pergunta é a seguinte: se a adesão da Venezuela ao MERCOSUL foi realmente uma decisão política e não jurídica, a situação, do ponto de vista jurídico, pode se tornar cada vez mais complexa. O Paraguai, até o momento da adesão da Venezuela, não tinha tomado decisão no seu Senado, no seu Congresso, quanto à adesão da Venezuela. Não havia tomado. E havia até a notícia, aqui no Brasil, de que nós estávamos tentando encontrar um caminho para contornar essa resistência paraguaia. Pois bem. Nesse interregno, agora, o Paraguai decidiu pela não entrada. Ou seja, a questão jurídica vai-se tornando cada vez mais complexa.

Então, a pergunta é a seguinte: a diplomacia brasileira já tem os elementos para defender a legitimidade da posição que tomou, ao admitir a adesão da Venezuela?

A terceira pergunta — são quatro apenas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Emanuel Fernandes) - Deputado, V.Exa. poderia abreviar um pouco?

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Abreviar? Está bem. Vou fazer bem rápido.

Segundo matéria publicada em *O Globo*, o Chanceler Almagro garantiu que, sem unanimidade, a decisão só foi tomada em Mendoza por pressão direta da Presidente Dilma Rousseff. A esse respeito, nós gostaríamos de saber se essa decisão tomada pela Presidente foi uma decisão tomada com a participação do Itamaraty ou o Itamaraty foi deixado de lado e substituído pelo Assessor Especial para Assuntos Internacionais da Presidência, Dr. Marco Aurélio Garcia.

Nós defendemos o Itamaraty em todas as posições. Achamos que o nosso Itamaraty pode passar por momentos, em função do governo de plantão, que dificultem a sua ação política, mas ele tem sido um exemplo para o mundo de



Ministério absolutamente responsável na sua política externa. Por isso, a nossa preocupação e a nossa pergunta.

Por último, para encerrar — e fiz bem rapidamente essa pergunta aqui —, a última...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Emanuel Fernandes) - V.Exa. foi muito bem.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Obrigado.

Agora, a última. (*Risos.*)

A última é a seguinte: há uma diferença entre otimismo e esperança. A esperança nunca morre. A pessoa pode estar no fundo do cárcere, ela tem esperança, lá no seu íntimo, de que vai voltar à liberdade. O otimismo, não. O otimismo não é uma coisa como a esperança, que independe dos fatores externos — a pessoa é sempre esperançosa. O otimismo é uma análise fria da realidade para dizer se a pessoa é pessimista, otimista. Ele analisa as condições.

As colocações que V.Exa. fez aqui sobre o Paraguai são mais esperançosas do que otimistas, porque colocou que nós somos muito amigos do Paraguai, que daqui a pouco, em abril, já estará tudo resolvido: o Paraguai voltará para o âmbito do MERCOSUL, e estará tudo resolvido. Aparentemente, a situação não é essa, não. A situação é bem complicada. Para se ter uma ideia, o Paraguai declarou que o Embaixador da Venezuela é *persona non grata*. A Venezuela retirou, juntamente com Equador, Bolívia e Cuba, o Embaixador lá do Paraguai. O Paraguai já votou pela não entrada da Venezuela no MERSOCUL.

Será que nós vamos gastar tanta energia agora para tentar pajear dois países que não conseguem conversar dentro do MERCOSUL? O Brasil vai fazer esse papel de pacificador entre duas posições extremamente antagônicas, como essas, agora, decorrentes de uma pressa, de uma precipitação do Brasil em trazer a Venezuela, aproveitando aquele momento de suspensão, quando nós temos aqui informações da própria CNI dizendo que o Brasil não ganhou nada com essa pressa? Tudo aquilo que conseguiríamos ou estamos conseguindo com a Venezuela nós conseguiríamos da mesma forma sem a participação dela no bloco. Portanto, é uma fantasia dizer que ela vai fortalecer o bloco, substituindo um membro pobre por um rico.



Temos justificado aqui nesta Comissão essas concessões ao Paraguai, como aumentar o valor pago pela energia, como uma necessidade de integração, de que o Paraguai vá bem. Está tão “umbicado”, tão unido ao Brasil, que nós não podemos desprezá-lo.

Então, a pergunta é esta: no momento em que nós precisamos estar fortalecidos para competir com a China e outros países, não vai ser um fator de desagregação que introduzimos desnecessariamente? Não poderíamos esperar até abril para resolver essa questão da Venezuela?

Eram essas as perguntas. E queria aproveitar a oportunidade para mais uma vez manifestar a minha grande satisfação e a minha admiração pelo seu extraordinário trabalho à frente do nosso tão estimado Itamaraty.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Emanuel Fernandes) - Muito obrigado.

O próximo a perguntar é o Deputado Luiz Nishimori, do PSDB do Paraná.

**O SR. DEPUTADO LUIZ NISHIMORI** - Eu queria cumprimentar o Ministro Antônio Patriota e dizer que é uma honra recebê-lo aqui na CREDN.

Atentamente eu estava ouvindo o seu relato, as suas considerações fantásticas sobre o trabalho que vem realizando à frente do Ministério das Relações Exteriores. Queria parabenizar V.Exa. pelo trabalho e agradecer-lhe a presença nesta audiência pública que estamos realizando aqui na CREDN sobre a questão da Venezuela e do Paraguai.

O Deputado Mendes Thame já falou muito bem, fez boas perguntas, mas eu queria apenas perguntar a V.Exa. sobre a questão econômica, comercial, entre Brasil e Venezuela.

Então, no que se baseia a expectativa do Governo sobre os ganhos econômicos expressivos para o Brasil e o MERCOSUL com a entrada da Venezuela no bloco MERCOSUL, já que a maioria dos analistas econômicos entende que os impactos da adesão dependem dos compromissos assumidos pela Venezuela, da forma como aquele país vai aderir às normativas e aos acordos já firmados pelo MERCOSUL? Pontos sobre os quais ainda hoje, decorridos mais de 6 anos da assinatura do protocolo de adesão, não há definição clara. Segundo as informações disponíveis, a Venezuela ainda não definiu como vai aplicar as regras comerciais do MERCOSUL ao seu próprio comércio exterior.



A Confederação Nacional da Indústria, a CNI, chegou a afirmar, em audiência na Câmara dos Deputados, que o processo da adesão vinha sendo conduzido de forma pouco transparente e sem consulta aos empresários brasileiros. O próprio Presidente da CNI afirmou — e também no ano de 2007 — à imprensa que o setor privado brasileiro estava tendo que obter informações sobre o andamento das negociações por intermédio de empresários argentinos. Além disso, várias vezes a CNI afirmou que os ganhos comerciais expressivos do Brasil com a Venezuela aconteceriam sem ou com a adesão formal daquele país ao MERCOSUL.

Então, cabe perguntar ao Ministro se essa situação foi alterada e quais os compromissos e cronogramas já firmados com a Venezuela. Essa é uma pergunta.

E caberia também outra pergunta ao Ministro: como estão os trabalhos de aceitação, pela Venezuela, do (*ininteligível*) nominativo do bloco MERCOSUL?

Eram essas as perguntas que eu tinha a fazer.

Muito obrigado pela presença, Sr. Ministro. Mais uma vez parabéns o seu bom trabalho e manifesto a nossa estima por V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER** - Sr. Presidente, não é uma pergunta: quando ele falar do Paraguai, gostaria que mencionasse a situação dos “brasiguaios”. Como está essa situação?

Só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Emanuel Fernandes) - O próximo inscrito é o Deputado Roberto de Lucena, do PV de São Paulo.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO DE LUCENA** - Sr. Presidente, Deputado Emanuel, orgulho da bancada paulista...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Emanuel Fernandes) - Só isso já dá um bônus, não é?

**O SR. DEPUTADO ROBERTO DE LUCENA** - Obrigado.

Ministro Antônio Patriota, Sras. e Srs. Deputados, eu quero, num primeiro momento, comemorar a vinda do Ministro a esta Comissão, o que é para nós uma honra, inclusive e especialmente pela pessoa que é e pelo trabalho excelente que tem desenvolvido a frente dessa Pasta, à frente desse Ministério.

É claro que, objetivamente, vou falar sobre o Paraguai, mas tenho, antes, apenas um registro a fazer: a nossa preocupação em relação ao caso do Senador



boliviano Roger Pinto, que está, já há 3 meses, na Embaixada do Brasil naquele país. É uma situação tensa, complexa. Nós conhecemos o Senador Roger Pinto e sabemos que injustamente tem sido acusado, de maneira leviana, irresponsável, em processos que apontam para a corrupção. Ele pediu asilo ao Brasil, e a nossa Presidenta, sensibilizada, de maneira consciente e responsável, como sempre, o concedeu. E nós temos uma resistência velada do Presidente Evo Morales em relação a esse procedimento.

A minha colocação é o clamor, é o pedido de que o Brasil se pronuncie, se manifeste em relação à decisão do Presidente da Bolívia, Evo Morales, de não conceder o salvo-conduto ao Senador Roger Pinto, que já recebeu asilo por parte do nosso Governo, por parte da Presidenta Dilma Rousseff.

O Governo de Morales tachou a decisão do Brasil de dar asilo a Pinto de equivocada e desatinada, ressaltando que não dará a permissão de saída e acusando o Embaixador brasileiro Marcel Biato de pressionar e exercer uma gritaria política e não diplomática no caso.

Feitos esse registro e essa colocação, passo a falar sobre o Paraguai. Eu estive, Ministro, recentemente em Assunção, exatamente na data em que a cidade de Assunção comemorava aniversário. E ali estive, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com o Presidente da Câmara do Paraguai; estive com o Presidente do Senado do Paraguai; estive com o Presidente da Suprema Corte do Paraguai; estive inclusive com o Presidente da República paraguaia, Dr. Federico Franco; estive com lideranças dos “brasiguaios” — hoje há em torno de 350 mil brasileiros e descendentes vivendo, morando, trabalhando no Paraguai. Presidentes de cooperativas, de grêmios, de instituições que representam esses “brasiguaios” comigo estiveram nessa reunião.

Ouvi líderes dentre os brasileiros, ouvi líderes religiosos — católicos e evangélicos; ouvi o povo; ouvi pessoas — o motorista de táxi, pessoas no hotel. Estive numa grande reunião, com mais de 12 mil pessoas, em que inclusive esteve presente o Presidente da República.

Ministro, eu não encontrei no Paraguai esse ambiente, essa atmosfera do golpe, que foi propalada, divulgada aqui no Brasil.



Estive inclusive com a presidente do maior partido do Paraguai, que é o Partido Colorado, e é candidata a Presidente da República no próximo ano.

Diante disso, eu saí de lá com uma preocupação muito grande, a preocupação com o sentimento que cresce em relação ao Brasil, no Paraguai, mesmo entre os “brasiguaios”: de animosidade na fronteira. As tensões crescem.

Ao mesmo tempo eu percebi o seguinte: dos 80 Deputados do Paraguai, 76 votaram a favor do *impeachment*; dos 45 Senadores, 41 votaram a favor do *impeachment*. O *impeachment* foi referendado pela Suprema Corte. Cinquenta e três por cento da população ratificou esse procedimento, deu o seu apoio a esse procedimento.

Quando nós olhamos para o que lá aconteceu sob as lentes da nossa realidade e do nosso entendimento, inclusive constitucional, temos a condição de questionar todo o processo, todo o procedimento. No entanto, a Constituição paraguaia não foi desrespeitada. Os pilares da democracia paraguaia estão sólidos. Aliás, não está impedido o ex-Presidente Lugo de concorrer nas próximas eleições.

Então, eu trago de lá esse sentimento. O sentimento e o ressentimento do povo.

Em relação ao ingresso da Venezuela no MERCOSUL, vejo com muita preocupação neste momento o apoio que o ingresso da Venezuela recebeu por parte do Brasil.

Finalizo, Sr. Ministro, Sr. Presidente, fazendo estas colocações: não houve, no nosso entendimento, naquilo que averiguamos no Paraguai, ruptura constitucional. Construimos a impressão de que saiu de foco a diplomacia de Estado e entrou em campo uma diplomacia de governo. É a impressão que eu trago de lá, na leitura dos nossos amigos.

O ingresso da Venezuela no MERCOSUL, neste momento, não me pareceu ético, não me pareceu sequer moral. E o apoio do Brasil a esse procedimento a mim me parece questionável.

Era essa, Sr. Ministro, a colocação que eu queria fazer.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Emanuel Fernandes) - Obrigado, Deputado Roberto de Lucena.



O próximo inscrito é o Deputado Gonzaga Patriota, do PSB de Pernambuco.

**O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA** - Sr. Presidente, colegas Deputados, gostaria de cumprimentar S.Exa., o Ministro Antônio Patriota, meu primo. Fico muito feliz em vê-lo fazer esse trabalho extraordinário no *(falha na gravação)*.

E, ao discorrer sobre as relações diplomáticas do Brasil, dentre essas relações as comerciais, as culturais e de solidariedade, eu fiquei aqui me lembrando de que o Brasil, desde o final do século passado, vem crescendo em todos os sentidos, principalmente depois que conseguimos trazer a democracia ou a redemocratização plena. E, na parte cultural, sentimos falta de espaço ainda, aqui no País, em que pese a universidade ter-se interiorizado, com muitos cursos de graduação, de pós-graduação. Quando viajo por aí, eu vejo — fiz este levantamento — que milhares de brasileiros fazem doutorado, mestrado em países da América do Sul, principalmente, em países do MERCOSUL. E vemos que esse mercado não é apenas comercial, mas que é também um mercado cultural, de integração.

Quero apenas pedir a V.Exa., Ministro, que faz esse extraordinário trabalho de diplomacia, de integração, de aproximação, se puder, que dê uma contribuição para que esses milhares de brasileiros que estão cursando doutorado lá fora possam ver esses títulos reconhecidos. Por exemplo: a Universidade Federal da Argentina forma centenas de brasileiros, e ainda não são reconhecidos aqui esses diplomas, em que pese essa relação Brasil/Argentina, Brasil/Mercado Comum do Sul.

Então, Ministro, queria apenas parabenizar V.Exa. pela exposição que fez aqui, que nos deixa felizes porque vemos as relações do Brasil com o mundo, não apenas comerciais, mas também diplomáticas, de solidariedade, de cuidado com o planeta, e fazer-lhe esse pedido. Se V.Exa. puder incluir na sua pauta, já cheia, essa nossa preocupação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Emanuel Fernandes) - O próximo é o Deputado Alfredo Sirkis, do PV do Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS** - Bem, Sr. Ministro, caros colegas, eu compartilho da análise do Deputado Mendes Thame de que de fato hoje a situação na América do Sul é muito mais complexa do que a dos anos 70; muito melhor, mas, por outro lado, muito mais complexa, porque os tons de cinzento abundam. Então,





hoje nós temos situações de regimes que de fato não são ditatoriais, mas que tampouco podem ser considerados como democracia plena, e temos isso com matizes diferentes.

O que eu acho que foi complicado, tanto na crise hondurenha como na crise paraguaia, foi uma aparente sinalização por parte do Governo brasileiro de que ele usa dois pesos e duas medidas em relação a situações onde essas imperfeições, essas limitações, esses atropelos à democracia ocorrem sem, todavia, constituírem uma situação de ditadura aberta e consolidada.

Nós temos os países ditos bolivarianos, de democracias plebiscitárias, onde há uma hipertrofia do Poder Executivo, uma subjugação do Poder Judiciário, onde uma série de direitos das oposições políticas e uma série de liberdades de imprensa e de organização sofrem atentados, embora não totalmente coibidos, mas sofrem atentados, e onde há, no dia a dia da ação política, uma grande truculência das autoridades em relação àqueles que não concordam com elas. Então, é uma situação típica da Venezuela, acontece na Bolívia, acontece no Equador, e em alguns casos começou a acontecer na Argentina, de certa maneira.

Por outro lado, nós temos outras situações de natureza oligárquica, como é o caso do Paraguai, e nesse sentido tenho alguma discordância da análise que fez aqui o meu colega Roberto de Lucena; penso que, na verdade, para quem conhece um pouco a história do Paraguai, vemos uma dominação oligárquica, que dura décadas e décadas e décadas, uma transição democrática que nunca conseguiu de fato consumar-se de uma forma mais profunda, ainda temos a velha oligarquia do regime Stroessner em postos de poder, e não penso que de fato o procedimento para o afastamento do Presidente Lugo tenha sido democrático. Embora na forma prevista na Constituição, e embora também com a bênção da Suprema Corte paraguaia, ainda assim foi um ato de atropelo ao que nós consideraríamos uma democracia plena.

Agora, o que não dá para aceitar é que o nosso País tenha uma política diferenciada em relação às transgressões feitas por regimes oligárquicos do tipo paraguaio, ou a uma situação razoavelmente confusa e complicada como foi a de Honduras, em que tivemos uma atitude precipitada e simplista, na minha opinião, tenha um tipo de relacionamento a esse tipo de situação, severo, duro, e uma certa



condescendência quando a democracia sofre atropelos por parte dos chamados bolivarianos. Penso que a posição deve ser a mesma para todos.

Eu sou daqueles que acham importante a presença da Venezuela no MERCOSUL. Acho importante, como acho importante que todos os países da América do Sul — a Colômbia, a Bolívia, o Chile — participem do MERCOSUL. Acho que só assim o MERCOSUL poderá de fato transformar-se num ente regional poderoso. A minha discordância é uma discordância de *timing* e de sinalização.

Eu acho que imediatamente após uma condenação dura, e penso que justa, sou favorável à atitude de suspensão, mas, imediatamente a partir de uma posição dura tomada em relação aos atropelos praticados por regime de tipo oligárquico, manifestar uma grande condescendência, ou sinalizar uma grande condescendência em relação ao Governo bolivariano do Presidente Hugo Chávez, isso dá certo curto-circuito nos sinais que nós estamos emitindo. Ou bem nós somos de fato extremamente severos em relação a todo atentado, todo atropelo que possa acontecer à democracia, ainda que fique aquém da implantação de uma ditadura militar, ou personalista, como já houve aqui no continente, em épocas passadas... Mas se nós somos extremamente duros quanto a essa posição, como indica a atitude em relação ao Paraguai, não foi de bom alvitre, não foi uma boa sinalização, ato contínuo, sermos portadores de uma atitude que favoreceu claramente o Governo da Venezuela, que tem problemas com a sua democracia que não são tão menores assim, eu diria, do que aqueles existentes no Paraguai.

Então, eu acho que é uma questão de peso, de medida, de *timing*, de regulagem, e sobretudo nesta era das comunicações, em que tudo que acontece imediatamente corre o mundo de forma instantânea, é discutido nas redes sociais e tudo, eu acho que o simbólico é muito importante, e acho que nesse caso, embora eu concorde com a presença da Venezuela no MERCOSUL e concorde com a nossa atitude de condenação ao ocorrido no Paraguai, eu acho que houve aí um erro de *timing* quanto a essa questão.

Eu rapidamente queria falar de outro assunto, que é o seguinte: bem, eu tenho conversado com V.Exa. e manifestado preocupação com a situação no Oriente Médio, que me parece extremamente grave; embora esse perigo tenha diminuído um pouco no curso das duas últimas semanas, eu continuo achando que



há um perigo muito grande de um ataque israelense às instalações nucleares do Irã antes do momento das eleições norte-americanas. Penso que o Brasil tem um papel importante nesse processo, e poderia, em primeiro lugar, assumir uma posição muito clara de que isso não deve ser feito; em segundo lugar, o Brasil tem o distanciamento e a independência para poder de fato apontar para uma solução.

Eu não quero também perder-me muito em detalhes, mas eu diria que basicamente a solução seria, por um lado, de fato reconhecer o direito do Irã de enriquecer urânio a 5% ou 6%; segundo, há necessidade de o Irã pôr sob o controle internacional as partes de urânio enriquecido a 20%, que podem ser utilizadas num posterior enriquecimento, para que ele atinja o grau necessário para ser utilizado em armamento militar, um pouco na linha de propostas que anteriormente já havia sido aceitas pelo regime iraniano de enviar esse urânio ao exterior para ele ser tratado, ele ser abastecido. E o Governo do Irã deve aceitar, na medida em que declara — e o Ayatolá Kameni ainda o fez 2 dias atrás — que não vai construir bomba atômica, e de fato facultar à agência nuclear das Nações Unidas todas as garantias necessárias para uma inspeção absolutamente à prova de fraude, isso por um lado.

Por outro lado, é muito difícil, e quem conhece um pouco a situação ali sabe que naquela região, e sobretudo em relação ao Irã, aspectos de natureza subjetiva como o prestígio nacional, como não perder a cara, *don't lose the face*, como se diz em inglês, é importante. De fato, seria decisivo para que o Irã pudesse evoluir em relação a essa posição. Que a questão nuclear fosse colocada no âmbito regional e que se passasse a discutir, simultaneamente com isso, a questão do arsenal nuclear israelense, que, todos sabem, existe, embora não oficialmente admitido.

Não se trata de uma negociação do tipo que Israel renunciaria ao seu arsenal para que o Irã pudesse não construir o seu. Isso não seria nem um pouco realista e, na atual situação de Israel, que é um país que sofre ameaças de natureza existencial, não seria de fato uma boa ideia.

Mas Israel deve colocar na mesa o seu arsenal e deve fazer um gesto no sentido de dizer: bem, caso o Irã não construa o seu armamento nuclear e caso se chegue a um acordo com os países árabes e islâmicos e deem uma garantia futura para a segurança de Israel, dentro de um prazo razoável, Israel passaria, pouco a



pouco, como hoje o fazem os Estados Unidos, a Rússia, países dotados de grandes arsenais nucleares, a desativar o seu arsenal nuclear.

Eu acho que alguém deve fazer essa sugestão que o movimento pacifista em Israel já tem feito, e esse alguém, parece-me, deve ser o Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Emanuel Fernandes) - O próximo seria eu, mas vou passar a palavra para o Deputado Leonardo Gadelha.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO GADELHA** - Sr. Presidente, nobre Deputado Emanuel Fernandes, Exmo. Sr. Ministro Patriota, eu quero fazer coro com os colegas que me antecederam e dizer do júbilo deste colegiado em receber V.Exa., Ministro. É muito importante para nós estabelecermos esse *rapport*.

Tenho defendido uma posição mais proativa, por parte da Comissão, nesse sentido. Talvez esse seja o primeiro questionamento que eu faço a V.Exa.: como V.Exa. vê um papel mais proeminente, por parte do Congresso Nacional, em que pesem as limitações constitucionais, na formulação da política internacional, das relações exteriores do País.

Outras nações que ocupam um papel mais proeminente no concerto internacional têm nas suas comissões de relações exteriores, talvez, aquela mais importante dentro dos seus parlamentos. Eu acho que no Brasil isso ainda não ocorre.

Eu queria ouvir o pensamento de V.Exa. nesse tocante. Como nós podemos ter um papel mais preponderante, tanto por parte da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados quanto por parte da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal na formulação conjunta da nossa política externa?

Mas eu também não posso me furtar, o prato do dia está servido, diz respeito às relações do Brasil no MERCOSUL. Eu queria fazer um questionamento a V.Exa., a partir de um paralelo que eu traço entre três modelos de integração: o modelo de integração da América do Sul, o modelo de integração europeia e o modelo do NAFTA.

No modelo de integração europeia, parece-me muito importante a questão econômica. Você tem alguns grandes atores, como a Alemanha, como a França, que querem se integrar com países muito diminutos, Malta, no mercado europeu,



Eslovênia. E para aqueles países faz muito sentido o tamanho do mercado que se cria, tanto no mercado consumidor quanto no mercado produtor.

No modelo americano, no NAFTA — *North American Free Trade Agreement*, acho que os Estados Unidos, que são, com certa razão, o farol dos valores democráticos internacionais, não deixou de negociar com o México a gestação do NAFTA, muito embora naquele momento estivesse no poder o PRI, talvez num contínuo de 70, 80 anos. Nem por isso se questionou a entrada do México naquele instante, em função das questões econômicas.

Dentro desse raciocínio, o que quero perguntar a V.Exa. é o seguinte: a sociedade brasileira não está se preocupando demasiadamente com as questões ideológicas em detrimento das questões econômicas, que devem nortear a formulação também do bloco econômico? E, nesse tocante, não estou me referindo apenas ao Governo e apenas ao Congresso Nacional. Acho que esse é um problema da sociedade brasileira.

Eu não vejo a academia se posicionar sobre a importância econômica do ingresso da Venezuela, sobre a importância econômica do ingresso de todas as nações sul-americanas para que a gente possa formatar um grupo competitivo em âmbito internacional.

Num estudo que vi recentemente, se todos os países da América do Sul formatassem um grupo único, nós seríamos a quarta economia mundial. Isso não pode ser desconsiderado.

O questionamento que eu faço a V.Exa. é se a questão não está elevadamente ideologizada, se nós não teríamos de pensar um pouco mais na questão socioeconômica da integração.

Por fim, queria fazer outro questionamento a V.Exa. Qual é o norte para os imigrantes, aqueles que estão vindo para o Brasil nesse instante? Nós votamos, hoje, um requerimento de discussão de um projeto de lei que quer normatizar essas relações.

Atualmente, o País atrai muitos bons cérebros estrangeiros, também mão de obra menos qualificada e a gente vai viver agora o oposto do que viveu até 20, 30 anos atrás.



O que o Itamaraty pensa a respeito desse novo fenômeno e como a gente pode atuar dentro do Congresso Nacional para normatizar essas relações?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Emanuel Fernandes) - Muito obrigado, Deputado Leonardo Gadelha, do PSC da Paraíba.

O próximo orador é o Deputado Antonio Imbassahy, PSDB da Bahia.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Sr. Presidente Emanuel Fernandes, Sr. Ministro, também quero manifestar minha grande alegria em vê-lo na nossa Comissão e dizer que também admiro o seu trabalho, a sua biografia, respeito muito a sua história de vida, aliás, uma extraordinária biografia.

Talvez não possa aqui me expressar de uma maneira tão brilhante como se expressou o Deputado Roberto de Lucena e tantos outros, numa linguagem típica de Itamaraty, mas expondo com muita lucidez, Deputado Roberto de Lucena, a preocupação que nós devemos ter nas relações do Paraguai com o Brasil.

O que eu vejo e observo é que o Itamaraty sempre, ao longo da sua história, teve uma posição muito clara de defesa do Estado. A gente fica, até certo ponto, inquieto quando verifica que, pendurado na estrutura organizacional do Governo Federal, aparece uma assessoria internacional da Presidência da República cujas indicações são sempre na direção de defesa de políticas de Governo bem distintas. Certamente isso deve causar algum tipo de inquietação dentro do Itamaraty, talvez alguma dissonância. Mas V.Exa., com habilidade e competência, tem conseguido levar adiante esse jogo. Mas existe claramente a posição de uma assessoria que defende interesses ideológicos de Governo, por intermédio do assessor internacional Marco Aurélio Garcia, e a posição do Itamaraty.

Isso foi revelado recentemente nessa questão do Paraguai, mais uma vez, com muita intensidade. Vimos, quando houve algum tipo de condenação, a atitude que o Senado, que o Parlamento paraguaio teve em relação ao *impeachment*, a velocidade. Há também que censurar a velocidade que se deu à entrada da Venezuela no MERCOSUL.

Até porque, essa pergunta foi feita também pelo Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Eu a formulo também: qual o conceito que V.Exa. tem em relação à plena democracia praticada na Venezuela?



O que nós sabemos é que ali existe claro cerceamento de direitos individuais, da liberdade de imprensa e até mesmo de direitos humanos. E isso é do conhecimento do Governo brasileiro, que recebe relatórios e informações.

O mais recente relatório, que eu tenho conhecimento, foi encaminhado por uma organização não governamental chamada *Human Rights Watch* e está nas mãos, certamente, do Governo Federal aguardando uma resposta.

Então, a gente fica realmente sem entender. Como é que o Governo brasileiro reage da maneira que reagiu, no sentido de punir e deixar claro a posição de restrição ao que aconteceu no Paraguai e, ao mesmo tempo, toma uma atitude, que não me parece democrática, de ingressar incontinênti com a Venezuela, um país que não respeita os direitos individuais, a democracia. E isso é assimilado de uma maneira absolutamente contraditória.

Então, a minha pergunta é esta: qual é o conceito que V.Exa. faz da plena democracia praticada pela Venezuela? Associe-me ao Deputado Roberto de Lucena, com essas preocupações, no sentido que os brasileiros que estão ali não fiquem antipatizados por uma posição que não corresponde ao pensamento da grande maioria dos brasileiros.

Eu posso dizer isso, Sr. Ministro, porque conheço muita gente e realmente essa atitude que foi tomada não corresponde à história do Itamaraty. É mais uma atitude de Governo em que a Presidente da República colocou para pilotá-la o seu assessor internacional, que é sempre chamado nessas ocasiões, e, às vezes, até coloca de lado, numa posição até acessória, o Itamaraty, o que não deveria acontecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Emanuel Fernandes) - Muito obrigado, Deputado Antonio Imbassahy.

O próximo inscrito é o Deputado Ivan Valente, do PSOL de São Paulo.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, Deputado Emanuel Fernandes, Sr. Ministro Patriota, é um prazer tê-lo aqui na nossa Comissão. Havia muita ansiedade pela vossa presença aqui hoje.

Quero dizer que aprovei a vinda de V.Exa. aqui, já que era tão solicitado para discutir a questão da crise paraguaia e sobre a Venezuela.



V.Exa. fez um apanhado geral da política do Itamaraty. Nosso tempo não é tão longo assim, e eu vou tentar falar menos do que o Deputado Sirkis. Quero começar dizendo o seguinte. Acho que temos talvez que fazer uma discussão nesta Comissão sobre o que é democracia. O Deputado Leonardo Gadelha, nosso companheiro, agora mesmo falou assim: “*Os Estados Unidos, que são o farol dos valores da democracia...*”. Quer dizer, esse farol dos valores da democracia apoiou todas as ditaduras que mataram, assassinaram, torturaram na América Latina, e hoje apoia a invasão do Iraque, do Afeganistão, arma o Estado de Israel com bomba atômica, inclusive, para garantir seu interesse no Oriente Médio, e ameaça também atacar o Irã. Esse é o farol da democracia lá.

Eu quero dizer para vocês o seguinte: uma democracia que tem dois partidos que se revezam, na forma como é feito e que o poder econômico atua, para mim não é farol nenhum, a começar por aí. E a democracia de um país que queria estabelecer a Área de Livre Comércio na América Latina — a ALCA, finada, felizmente, que era uma maneira absolutamente assimétrica de integrar países diferentes com condições diferentes, fugindo, inclusive, do que se tornou o Mercado Comum Europeu, o próprio MERCOSUL, com as diferenças brutais que existem entre os países.

Então, a democracia é algo complexo realmente. Por exemplo, participei da Comissão Especial daqui, que foi em Honduras, e fui de perto, conheci a Suprema Corte de Honduras e a Câmara de Honduras. E digo que lá teve um golpe de estado estúpido, porque o Presidente foi arrancado pelos militares, colocado num avião e levado para outro país. Eles não queriam chamar isso de golpe de estado. Isso é golpe de estado, como houve no Brasil, na Argentina, no Chile e como houve a ditadura paraguaia do Stroessner durante 40 anos. A América Latina vem passando por um processo, aí sim, na minha opinião, de amadurecimento, repito, de amadurecimento. Tivemos uma tentativa de golpe na Bolívia, pela chamada Meia Lua, que só foi evitada pela intervenção da UNASUL. Aí sim, quero fazer a diferença. Se o Brasil aprovou a entrada da Venezuela, a Argentina e o Uruguai também aprovaram. Não é uma decisão apenas brasileira. Aliás, eu digo que é com mais força a decisão argentina e uruguaia do que a brasileira.





Queria até recordar, Deputado Lucena, o seguinte: nós ficamos 2 anos discutindo a entrada da Venezuela no MERCOSUL aqui na Câmara. O Congresso paraguaio está sentado em cima desse debate há mais de 4 anos. Ele se recusa a discutir a entrada da Venezuela no MERCOSUL. Ele é um país menor nesse processo, mas democraticamente eles estavam sentados em cima.

Agora, em relação ao que houve no Paraguai, o que eu queria dizer é o seguinte: não tem como não caracterizar aquilo como golpe de estado. O resto é firula. Aquilo foi um golpe de estado. É um Presidente eleito com 41% dos votos. O fato de ele ter minoria no Congresso, e muita minoria, é a contradição existente na sociedade brasileira. Veja o Presidente Collor, que foi eleito e depois sofreu um *impeachment*. Ele tinha, Deputado Gadelha, mais de 400 Deputados na base do Governo, mas depois foi cassado no *impeachment*.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO GADELHA** - Tem a ver com o sistema político.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Político, claro! Tem a ver com o sistema político e também com as opções da sociedade. A sociedade queria um presidente que apresentasse mudanças. Mas é difícil fazê-las junto com as mudanças que vêm pelo Poder Judiciário, pelo Poder Legislativo. E evidentemente o Paraguai é um país que tem 1% de proprietários que dominam 90% das terras latifundiárias. Os nossos brasiguaios foram ajudar nessa concentração lá. Essa é a realidade.

Então, concordo com a política que foi tomada pela maioria do MERCOSUL de não aceitar o golpe e de punir, sim, com exclusão. A entrada da Venezuela para mim era consequência natural. Quero dizer também que concordo com tudo o que ocorre na Venezuela. E tenho discutido muito com o Deputado Sirkis aqui. Mas quem foi à Venezuela, quem conhece o opositor do Presidente Hugo Chávez, Hugo Capriles, sabe que esse cidadão queria pular, armado, o muro da embaixada cubana em 2002, para invadir e matar diplomatas cubanos. Esse é o opositor que está concorrendo hoje na Venezuela. Quem não assistiu à revolução, será televisionada — imprensa norueguesa —, vá atrás desse filme e veja o que aconteceu no golpe de estado da Venezuela em 2002. Esse é o nome do filme. Eles ficam 3 dias dentro do Palácio de Miraflores e filmam a entrada dos golpistas, a



saída e o cerco pela massa do povo trazendo Hugo Chávez de volta, e os militares legalistas trazendo ele de volta. Aí, você vai entender as contradições que existem na Venezuela. E não há partidos fortes na Venezuela. Por isso predomina um sentimento militarista, que eu não acho bom. Eu acho que deveria ter uma democracia expandida, de povo organizado. Mas quem se recusou a participar da luta parlamentar, e fez, sem dúvida, o maior erro histórico lá, foram os próprios direitistas da Venezuela. Agora eles estão competindo, inclusive, com uma margem grande para ter estabilidade lá.

Acho que tem no Brasil, Ministro Patriota, uma chamada opinião publicada. Não é opinião pública, mas opinião publicada. E aí estão ex-Ministros, programas de TV, articulistas, que pensam a mesma coisa. E eles são rabichos dos interesses de Washington aqui no Brasil. Não conseguem pensar uma América Latina diferente, com as suas contradições, com as suas questões, e principalmente quando um presidente enfrenta o monopólio dos meios de comunicação de massa, que é o caso do Presidente do Equador, neste momento, é o que mais apanha.

Eu não tenho nenhum problema em dizer o seguinte: vai haver outra eleição no Paraguai. Haverá eleição, o Brasil vai apoiar o processo democrático lá. Pode ser que eles elejam outro presidente mais conservador do que o Presidente Lugo. Se quiserem saber, acho que o Presidente Lugo não resistiu o suficiente. Deveria ter peitado mais, porque tinha povo para isso. É a minha posição e a de muitos outros analistas latino-americanos. É evidente que você tem uma maioria parlamentar, que até outro dia estava dentro do Governo e que patrocinou o golpe de estado.

Então, acho que as questões da América Latina nos são muito caras. E eu luto por uma integração latino-americana. Acho que a gente viveu de costas para essa integração muito tempo. E o Brasil, especialmente, teve um problema real de língua e de geografia, de colonização: a Espanha, do outro lado, a cordilheira, a Floresta Amazônica e o litoral brasileiro. Vários interesses se complementaram.

Agora acho que estamos vivendo um outro momento. Seria muito importante que entendêssemos que o Brasil tem que defender uma democracia de fato. Democracia de fato — o Deputado Fontana tocou no assunto, nós somos da Comissão Especial da Reforma Política — é aquela em que o poder econômico não é o mandante do processo de eleições e de constituição da democracia



representativa, seja para o Executivo, seja para o Legislativo. E digo mais. Aposto num Judiciário eleito pelo povo, se a gente quiser democracia de verdade, e não de Ministros indicados aqui e ali para chegar às instâncias superiores da Justiça e depois no Supremo Tribunal Federal. Sem nenhum demérito a todos os juizes da nossa Alta Corte brasileira, nenhum demérito, mas acho que seria o processo mais importante.

Sr. Presidente, a gente talvez devesse eliminar um pouco o senso comum nessas questões e ser mais realista. A entrada da Venezuela não interessa somente ao Brasil e à América Latina, mas também à Bolívia e ao Chile, que têm regime diferenciado.

Saúdo as negociações de paz abertas pelo Presidente Santos com as FARC, uma saída necessária, atual, fundamental. O Uribe não está gostando. Ele foi o autor do Plano Colômbia, que recebeu 10 bilhões de dólares de armamentos, etc. Rolou muita corrupção e muita anistia para as AUC. Então, ele não está gostando. Acho que as FARC esgotaram o seu projeto, não há como continuar. Então, isso tudo é muito importante.

E quero finalizar dizendo o seguinte. Em relação à política internacional, Ministro Patriota, particularmente a do Oriente Médio, acho que o Brasil deveria continuar tendo uma posição mais ativa e não se intimidar, porque nós vivemos a Primavera Árabe, mas sabemos exatamente quais são os limites dela. Teve o problema da Líbia, que era senso comum derrubar o ditador e colocar quem no lugar? Permitir a zona de exclusão aérea e ter bombardeios que mataram cinquenta vezes mais do que o ditador líbio matava, em vez de dar uma solução intramuros. A mesma coisa com a Síria. Ninguém aqui vai defender a ditadura síria, porque ela sempre foi aliada ocidental. Quem não sabe que fique sabendo disso. Eles sempre terceirizaram a tortura na Síria, inclusive a de opositores que os Estados Unidos chamavam de terroristas. Então, ninguém vai defender a ditadura síria.

Agora, armar os outros por interesses econômicos no Oriente Médio e patrocinar essa carnificina que nós estamos vendo, acho que o Brasil não deve entrar nessa fria, nessa de entrar com a posição inglesa e a americana. Acho que temos que procurar uma solução negociada, cessar a carnificina. E acho que o



Brasil poderia ter uma posição mais proativa nessa questão. Quando ele arrisca ter, é muito criticado. Foi o caso do Irã e a discussão nuclear.

Finalizo com isso. Quero dizer a todos que a questão nuclear é muito séria. Somos pacifistas, e lutamos no Brasil contra a construção da bomba atômica aqui, em Cachimbo, em Aramar, lutamos a ferro e fogo contra esse processo. Mas nós temos que considerar o contrário também. Por que alguns países podem ter enriquecimento para artefatos nucleares e outros não? Por que o Paquistão tem? Por que a Índia tem? Por que Israel tem? As potências têm. Qualquer país que queira enriquecer vai ser fiscalizado, mas Israel não é fiscalizado. Ele tem lá o seu arsenal. O Paquistão e a Índia têm também. Essa questão precisa ser vista. É preciso acabar com os arsenais atômicos da Rússia e dos Estados Unidos e liquidar essa fatura. Nós precisamos ter bom senso e não cair na lógica de que países centrais do capitalismo determinem a vida dos países da periferia capitalista.

Por isso, saúdo a posição em relação ao MERCOSUL, acho que foi correta. Logicamente, não isenta de contradições e de críticas.

Obrigado, Ministro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Emanuel Fernandes) - O próximo inscrito é o Deputado Henrique Fontana, do PT do Rio Grande do Sul.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Quero cumprimentar o nosso Presidente em exercício, Deputado Emanuel Fernandes, e o Ministro de Estado Patriota. E quero dizer que eu também, na condição de cidadão brasileiro, sinto-me extremamente honrado e bem representado pela sua presença nesta importante função de Ministro de Estado. Cumprimento também os colegas.

Eu resolvi começar com uma frase que o debate de hoje, do meu ponto de vista, exige: a política é fascinante. Nós não estamos nela por acaso. Todos nós tivemos o nosso caminho e gostamos muito de política, por isso estamos aqui. E a política externa é uma das mais fascinantes áreas dentro da política. E o debate de hoje está muito interessante, no meu ponto de vista. Participar de um dia como esse para todos nós é algo muito enriquecedor.

E terceiro, nesta minha introdução, como sempre, quanto mais nós vivemos, aprendemos e nos temperamos no conhecimento, no acompanhamento da política global, nós sempre percebemos uma coisa que é óbvia, mas que vale a pena ser



dita. Os caminhos da construção de uma sociedade de paz, com mais igualdade, com respeito aos direitos humanos, com respeito aos direitos de vida digna das pessoas, um mundo sustentável, com menos guerras ou sem guerras, para ser mais utópico — e as utopias são muito positivas na vida de todos nós, na minha opinião — são uma tarefa árdua, complexa e carregada de contradições.

Se qualquer um de nós estivesse sentado na cadeira de Ministro de Estado de Relações Exteriores, nós conviveríamos com contradições, aliás nos convivemos com contradições na cadeira de Parlamentares, de Deputados Federais. Ou seja, a vida real nunca é a reafirmação linear das ideias que eu individualmente tenho sobre o que seja uma ação coerente do ponto de vista das ações que eu defendo, do conjunto de ideias que eu defendo. Ir ao campo das mediações é próprio daqueles que correm o risco da contradição para avançar do ponto de vista de uma visão global de sociedade. E do meu ponto de vista, a política externa brasileira, dirigida pelo Presidente Lula e pela Presidenta Dilma, pelo Ministro Amorim e hoje pelo Ministro Patriota — e me refiro a este período porque agora eu quero fazer uma fala na condição de Deputado que tem um lado na disputa democrática brasileira —, é uma política extremamente vitoriosa, porque a avaliação de uma política é global. É evidente que ela teve erros neste caminho, qualquer um de nós tem erros e limites.

Eu só abro um parêntese porque esta é uma tribuna pública, esta é uma Casa Parlamentar e tem um debate. E talvez hoje seja a minha única oportunidade de falar publicamente, não sei se eu vou conseguir uma inscrição no plenário. E os meus colegas que aqui estão, que representam o PSDB, hoje têm um novo capítulo — quero só fazer um parêntese e depois eu vou voltar para o tema aqui — num debate público político muito interessante que envolve o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e a Presidenta Dilma. O ex-Presidente publicou um artigo recentemente, de forma democrática, tecendo críticas com as quais não concordo, tenho uma visão bastante diferente da dele, e a Presidenta decidiu publicar uma nota criticando a postura do ex-Presidente. E o editorial de hoje, Ministro Patriota e colegas, de um veículo de comunicação do PSDB, critica a Presidenta porque, segundo esse editorial, a Presidenta teria pouca tolerância com o contraditório. Eu quero usar o próprio argumento do editorial do PSDB para defender a Presidenta Dilma, porque o que ela fez foi exatamente exercer o direito democrático do



contraditório. O ex-Presidente, que tem um lado na luta política brasileira, criticou um governo que ela ajudou a construir, do qual ela é sucessora, por vontade democrática da população, e ela entendeu que deveria opinar porque provavelmente ela intuiu que por trás da fala do ex-Presidente pode ter uma tentativa, que faz parte da democracia, de gerar uma espécie de conflito permanente entre o Presidente Lula e a Presidenta Dilma, dizer que ela está afastada, que o Governo atual é diferente etc, e tal, e tal. Bom, todos os governos são diferentes, mas não aquela diferença que o ex-Presidente queria ali colocar. E com toda a franqueza, o argumento do editorial é muito desrespeitoso, porque a Presidenta vivencia pressões de todos os partidos, de toda a sociedade, o que é da essência da sua atividade. E ela colocou aquele posicionamento evidentemente por vontade definitiva e própria, não cedendo a pressões do seu partido. E se fossem pressões, são legítimas e normais.

Voltando ao nosso tema, punir o Paraguai ou a entrada da Venezuela no MERCOSUL? Acho que são duas coisas que foram fortemente misturadas na conjuntura do debate político do nosso País de maneira inadequada. Punir o Paraguai com a cláusula democrática que o MERCOSUL tem é essencial para quem de fato respeita fortemente a democracia.

Eu gostaria de ouvir falas mais contundentes do PSDB contra o golpe que ocorreu no Paraguai e não passar para o segundo assunto. *“Ah! Mas a entrada foi atabalhoada, isso, aquilo, etc”*. Também é um trabalho legítimo, mas o PSDB está devendo uma crítica mais contundente ao golpe que foi aplicado no Paraguai, porque quem quer ganhar eleições se prepara para as eleições. E a questão de calcular o número de Parlamentares que votam a favor ou não de um *impeachment* é algo muito complexo, que pode relativizar o componente democrático de maneira exagerada.

Vou falar de uma pequena cidade, não vou falar de um país, Ministro Patriota. Pinheiro Machado é uma pequena cidade do Rio Grande do Sul onde foi feito um acordo entre seis dos nove Vereadores em que redistribuíram Secretarias Municipais e cassaram um Prefeito eleito legitimamente pelo voto num golpe parlamentar. *“Ah! Mas o Fontana falando de Pinheiro Machado, e estamos discutindo o MERCOSUL!”* Sim, mas a democracia está em todos os lugares. O



*impeachment* é algo muito sério, tem que ter um nível de legitimação social enorme para ser feito. Ele já foi feito uma vez no Brasil, foi acolhido pela população brasileira. Agora, por favor, as horas em que ficou em debate o *impeachment* do Presidente paraguaio!

Segundo, a entrada da Venezuela no MERCOSUL está tão madura para o Brasil que tem o apoio do Parlamento brasileiro. Nós aprovamos a entrada da Venezuela no MERCOSUL, todo o Parlamento brasileiro. E a minha leitura, a minha opinião para contribuir com este debate é que o Paraguai, com uma maioria composta com a legitimidade A ou B, que não me cabe aqui discutir, eu não tenho dados para analisar isso, mas com uma maioria conservadora e alinhada ideologicamente de uma determinada maneira dentro do Parlamento paraguaio impedia a entrada da Venezuela; e na minha avaliação, com uma visão de que outros interesses deveriam ter mais força prejudicando a evolução do bloco MERCOSUL.

Não tem entrada apressada, o que estava extremamente atrasado era a obstrução que o Paraguai fazia quanto à entrada da Venezuela no MERCOSUL. Aliás, a oposição ao Governo atual do Brasil obstruiu por muito tempo aqui no Parlamento também. Eu inclusive participei de muitas reuniões como Líder de Governo à época e o PSDB obstruiu muito a entrada da Venezuela no MERCOSUL. O PSDB só está confirmando, o DEM também, esse seu posicionamento ideológico na abordagem da política externa.

A outra questão que eu queria contribuir, na introdução coloquei um pouco isso, lógico que sempre devemos buscar — com certeza o Ministro Patriota com a sua equipe e a Presidente Dilma buscam isso — um alicerce, uma estrutura básica muito coerente para a nossa política externa. Mas a política externa de nenhum país é 100% linear, coerente, se a coerência fosse chamada. Aí eu dialogo de forma muito respeitosa, porque tenho muita identidade com a fala que o Deputado Sirkis fez. Essas contradições que aparecem, e que têm um determinado componente, sempre existirão, porque não se consegue colocar todas as variáveis na hora de tomar uma decisão, ou que todas elas tenham coerência com o arcabouço central da visão de uma política como a nossa, uma política de integração, uma política



externa de relações horizontalizadas, uma política externa de respeito à autodeterminação dos povos, de pacifismo e assim por diante.

Então, não considero. Acho que a política externa brasileira tem guardado muita coerência com os princípios gerais que norteiam essa política.

Por fim, quero fazer uma crítica a essa tentativa permanente de gerar conflitos na análise da nossa política externa, como se houvesse uma disputa entre a política conduzida e liderada pelo Ministro Patriota no Itamaraty e a participação de um assessor. Afinal, muitos Presidentes têm um assessor especial para tratar de determinados temas, como é o caso do assessor especial da Presidência Marco Aurélio Garcia, que, aliás, tem grande conhecimento na área. Do meu ponto de vista, essa política tem andado muito bem.

Então, na minha avaliação, devemos reforçar a entrada da Venezuela no MERCOSUL, devemos continuar trabalhando para que o Paraguai seja um país democrático e criticar o golpe que ocorreu ali.

Quero ressaltar também a negociação entre as FARC e o Governo da Colômbia e — quem sabe? — torcer para que outros países possam entrar no MERCOSUL, para que este seja um bloco cada vez mais forte e para que, com isso, consigamos garantir um conjunto de avanços ainda maior.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Emanuel Fernandes) - Obrigado, Deputado Henrique Fontana.

Com a palavra a Deputada Janete Rocha Pietá.

**A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ** - Sr. Presidente Emanuel Fernandes, quero saudar o Ministro e Chanceler Patriota e dizer que reafirmo o que disse a S.Exa. no Rio de Janeiro: o que ocorreu no Paraguai foi uma tragédia. Uma tragédia, Deputado Roberto de Lucena, que está muito relacionada quando um Presidente é eleito e não tem uma composição no Parlamento que lhe dê sustentação. O povo o elegeu. E, infelizmente, muitos brasileiros que estão lá têm o mesmo pensamento oligárquico predominante naquele país.

Não me inscrevi para a discussão porque, daqui a pouco, às 14 horas, vamos ter o lançamento do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Cabo Verde. Mas o





debate estava tão importante, Sr. Presidente, que fui ficando e resolvi participar, levantando algumas questões que não foram colocadas e outras que foram.

Primeiro, gostaria de dizer que foi uma tragédia. Em Honduras, onde o Deputado Ivan Valente e eu estivemos, houve um golpe alicerçado na Constituição do país. Pela primeira vez, nesta Comissão, sentimos necessidade de assumir nossa brasilidade e defender a nossa embaixada. Eu era a única mulher presente naquela situação. Sei que existem acordos, que tem de haver uma negociação, a vida não é simplesmente “sim” ou “não”, é uma questão mais complexa.

Considero que a política das relações internacionais do Brasil tem sido correta, inclusive alicerçada na questão do Sul/Sul. Acho muito importante o Brasil olhar para a África. Se estamos de costas para a América, temos de entender a importância não só de olhar para a América, como também de olhar para um parceiro, a África, que é de onde viemos. E, aí, Sr. Ministro, gostaria de levantar algumas questões sobre o Timor Leste, onde também estive.

No Timor-Leste, que, apesar de ser um pequeno país, com uma população menor do que a da minha cidade de Guarulhos, que tem mais de 1 milhão de habitantes e é a 13ª maior do Brasil, existe uma lista, e a participação das mulheres é maior, enquanto aqui vemos como o poder econômico interfere e não é tão democrático assim, apesar de considerarmos que somos uma democracia.

Então, Chanceler, gostaria de fazer algumas observações sobre o relacionamento Brasil/África, a questão do Timor-Leste e dos oito membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Inclusive, ontem, conversando com Deputados de Cabo Verde, eles me perguntaram por que o Brasil não tem uma política tão ofensiva como a de um dos nossos parceiros do BRICS, a China.

Isso ocorre exatamente porque temos uma concepção de democracia e de parceria, e não de domínio imperialista, como tiveram em tempos antigos Portugal e Inglaterra. Hoje essa concepção é capitaneada pelos Estados Unidos, que vivem um momento em que estão enfraquecidos.

Pergunto, então, a V.Exa. qual a importância da Agência Brasileira de Cooperação e qual a nossa posição em relação ao Timor-Leste, que espera muito de nós, e aos oito países da língua portuguesa.



Finalizo, falando de um sonho — e sempre temos sonhos. O português é uma das línguas muito faladas do mundo, mais, inclusive, do que o francês. E um dos sonhos que tenho é o de que o Brasil não só participe efetivamente desse grupo, mas que a língua portuguesa seja um alicerce na construção de uma identidade.

Sei que essa construção exige um investimento, mas considero que seria um investimento muito importante.

Parabenizo V.Exa. por sua vinda a esta Comissão. Considero que esta discussão foi importantíssima. Estou sendo mais sintética porque já estamos falando há mais de 50 minutos, mas considero que esta discussão não é conclusiva, mas, sim, uma abertura para discussões que gostaríamos muito de fazer, inclusive, sobre como participar da ASEAN, até porque, na verdade, o Timor-Leste nos abre a porta para isso, e não estamos vendo.

Então, tudo bem, vamos ver as questões do MERCOSUL, essas contradições, mas vamos ver o que estamos abrindo e a respeitabilidade da política internacional do Brasil como um parceiro, não como um imperialista.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Emanuel Fernandes) - Obrigado, Deputada Janete.

Dado o estado adiantado da fome e da hora, não vou fazer essa troca, mas apenas agradecer ao Ministro a presença. Fui um dos autores do convite para que S.Exa. estivesse aqui e me sinto representado na pergunta do Deputado Lucena sobre a preocupação quanto ao ressentimento do Paraguai com o Brasil. Não é um perigo reacendermos esse ressentimento, que é histórico, que vem do século XIX? Senti-me representado também nas perguntas do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

Por questão de celeridade, então, passo a palavra a S.Exa.

**O SR. MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA** - Muito obrigado.

Tentei anotar todas as perguntas da maneira mais detalhada, mas, na verdade, algumas perguntas ou comentários se reproduzem. De qualquer maneira, tentarei responder da maneira mais precisa, tendo em vista o avançado da hora.



Um comentário recorrente é sobre a questão da plena vigência da democracia na nossa região. Como medimos essa plena vigência? Acho que temos de nos ater muito aos textos adotados e à linguagem das manifestações públicas.

Quando o Paraguai foi suspenso do MERCOSUL e da UNASUL, a ideia foi a de declarar que houve ruptura democrática e que isso impedia o desenvolvimento da cooperação para integração. Não se tratava de divulgarmos um pronunciamento sobre a constitucionalidade ou não do processo de *impeachment*. Essa é outra discussão, uma discussão que, até certo ponto, envolve uma ingerência num assunto interno paraguaio. O que essas manifestações refletiam era a noção de que para o desenvolvimento da integração regional a plena vigência democrática era necessária.

Aqui foi perguntado em algumas intervenções se Diplomacia brasileira teria se precipitado ou se fizemos uma avaliação eventualmente desequilibrada. É muito importante lembrar que, ainda que uma diplomacia individualmente possa se equivocar ou manifestar uma opinião que tenda mais para um lado que para o outro, houve unanimidade regional, unanimidade no MERCOSUL e unanimidade na UNASUL, e a UNASUL reúne seguramente países que fazem parte da ALBA, os bolivarianos, mas reúne também países que têm tratado de livre comércio com os Estados Unidos e que não podem ser considerados países que se alinham automaticamente com o Presidente Hugo Chávez ou com o Presidente Rafael Correa.

Além da suspensão da UNASUL e do MERCOSUL, todos esses países sul-americanos retiraram seus embaixadores de Assunção — e alguém aqui mencionou o fato de que, na Diplomacia, os símbolos e gestos são muito importantes. Esse foi um gesto muito importante de rechaço, de repúdio ao que estava ocorrendo em determinado país.

Temos de ter a medida da importância dessa unanimidade, porque ainda que se possa argumentar que certas democracias são mais maduras que outras, na prática, também é possível afirmar que todas as democracias são imperfeitas, a exemplo da nossa própria. Na área de direitos humanos, por exemplo, temos um convite aberto a todos os Relatores do Conselho de Direitos Humanos para visitarem o Brasil, o que, em si, é uma manifestação democrática de abertura e de



desejo de diálogo com a instância multilateral, mas esses Relatores, quando chegam aqui, apontam deficiências das nossas prisões, apontam persistência de manifestações de racismo, prática que tentamos combater da melhor maneira, etc. Ou seja, a democracia é imperfeita em todos os lugares onde floresce. Agora, quando um colegiado de Chanceleres, de Governos, de Chefes de Estado no mais alto nível se reúne e adota uma posição comum, acho que aí a margem de erro está sendo reduzida ao mínimo. Não que ela desapareça.

A Diplomacia não é uma ciência exata, no fundo, é uma ciência humana, uma arte, talvez, mas é muito difícil um colegiado de democracias se equivocar tão flagrantemente ao adotar uma posição comum, e a posição comum foi a de que o rito sumaríssimo de destituição do Presidente eleito do Paraguai constituiu, sim, uma ruptura da ordem democrática.

Ao mesmo tempo, acredito que a questão do ressentimento foi tratada com habilidade, porque em todas as situações foi dito com muita clareza que não se tratava de penalizar o povo paraguaio, a nação paraguaia, e que as relações comerciais, os créditos, os investimentos, os contatos entre setores privados e as relações consulares também continuariam a prosseguir. E não há, nas informações de que disponho, sinal de que o Paraguai esteja tendo alguma penalização econômica em razão dessa suspensão das reuniões do MERCOSUL e da UNASUL. O Paraguai continua vendendo seus produtos e se beneficiando de investimentos estrangeiros, inclusive dos parceiros regionais, como era a intenção.

Interessante também é que, em recente encontro do setor privado em Assunção, em que vários empresários não só paraguaios, mas também da região estiveram presentes, foi identificado o sentimento predominante, se não quase consensual entre o empresariado paraguaio, de que o futuro do Paraguai, sim, é no MERCOSUL. Ou seja, o Paraguai deseja restabelecer a sociedade, os atores econômicos desejam ver restabelecida, no mais breve prazo, a normalidade de suas relações com os parceiros no MERCOSUL e na América do Sul.

Chamo a atenção dos senhores também para um dispositivo da decisão dos Chefes de Estado da UNASUL que suspendeu o Paraguai: um parágrafo que criou um grupo de alto nível com a incumbência de monitorar a situação e contribuir para a normalização plena da situação no mais breve prazo. Esse grupo de alto nível já



se reuniu três vezes em Lima, no Peru, e está se baseando em informações que são recolhidas pelos encarregados de negócios na UNASUL, em Assunção e aqui, repito, todas as nações da UNASUL encontram-se hoje representadas em Assunção na condição de encarregado de negócios, nenhum dos embaixadores retirados regressou, e eu tenho inclusive informação de que alguns desses países que têm tratados de livre comércio com os Estados Unidos já determinaram que não mandarão de volta seus embaixadores até que haja uma determinação coletiva de reestabelecimento da normalidade.

Enfim, com base nessas informações, está sendo monitorada a evolução. Acho positivo o depoimento do Deputado Lucena, quando disse que visitou o Paraguai e constatou um ambiente de normalidade.

A última coisa que queremos aqui é violência, derramamento de sangue, um tipo de turbulência que se reflita em mais sofrimento na nossa região. Já temos aqui os nossos desafios de ordem econômica e social, desafios importantes.

Nesse ambiente de serenidade e em razão até mesmo do monitoramento regional que está ocorrendo no momento, esperamos ter, no mais breve prazo possível, a normalização da situação.

Não sei se vale a pena comentar o que a revista *The Economist* publicou sobre a evolução do MERCOSUL na direção de um grupo mais sociopolítico. Não sei... A Inglaterra e outros países europeus estão enfrentando desafios importantes também no seu projeto de integração regional, na zona do euro.

A verdade é que o MERCOSUL, além de ser um extraordinário êxito no plano do aumento das relações comerciais e da aproximação dos países em termos econômicos, hoje em dia se espraia para outras áreas, como as de políticas de desenvolvimento rural, de desenvolvimento social, da plena cidadania e da cultura — e o Deputado Gonzaga Patriota referiu-se à importância da cultura. Inclusive, no ano que vem, a Bienal do MERCOSUL voltará a ocorrer no Rio Grande do Sul.

Acho que se trata aqui de um projeto que envolve todos os setores da sociedade, e os meus colegas de Ministério estão frequentemente em contato com seus homólogos da região, tendo em vista a criação não só de um ambiente de facilitação de comércio, de integração econômica e infraestrutura, mas também de aproximação das sociedades.



Concordo com aqueles que diziam que vivíamos de costas para a região em razão da língua, da geografia e de outros fatores históricos, mas precisamos recuperar esse tempo perdido com uma atuação acelerada. E é com esse espírito que a presidência *pro tempore* do Brasil, neste semestre, tem a intenção de promover facilidade de estudos nos países do MERCOSUL, preparar uma nova e mais aprofundada etapa de integração regional.

Houve um comentário também — depois, outros voltaram a esse tema — sobre se o Itamaraty teria sido ouvido, se existe diferença de opinião entre o Itamaraty e... A verdade é que há uma coordenação permanente. Não existe diferença. Quando o ocorrido no Paraguai motivou a visita dos Chanceleres da região a Assunção, quem viajou para Assunção fui eu, porque o Professor Marco Aurélio Garcia ficou na Rio+20, com a Presidente Dilma, e mantive contato telefônico permanente com S.Exa. A mesma coisa quando estivemos em Mendoza: a coordenação foi intensa e, aí, assim, envolveu a Advocacia-Geral da União, que esteve presente.

Vale comentar aqui que, no fundo, o Brasil é uma certa exceção, se olharmos como são organizadas as chancelarias em volta. Aqui, houve uma sucessão de Chanceleres diplomatas de carreira — o Embaixador Celso Amorim era diplomata de carreira, assim como o Embaixador Luiz Felipe Lampreia. Enfim, é uma carreira de Estado, e cabe à Presidência determinar se pretende continuar ou não com essa prática, que tem aparentemente, inclusive segundo os depoimentos que ouvi aqui e pelos quais agradeço muito aos Deputados, proporcionado resultados à altura das expectativas.

Na maior parte dos países, inclusive países altamente democráticos— e alguém citou os Estados Unidos como exemplo de democracia —, não é esta a regra. O Secretário de Estado é um membro do partido que venceu as eleições. No Departamento de Estado, nos Estados Unidos, a praxe chega ser até de que o segundo na hierarquia do Departamento de Estado também é uma designação política. Apenas o terceiro na hierarquia seria um diplomata de carreira. Atualmente, o Presidente Obama colocou o segundo no Departamento de Estado, um diplomata de carreira, por acaso um diplomata com quem eu tenho mantido muitos contatos,



William Burns, ex-Embaixador na Rússia e na Jordânia, além de ter sido Subsecretário de Assuntos Políticos, mas não é o habitual.

É claro que existem os interesses permanentes do Estado, defendidos por carreiras de Estados, mas não é a normal, nem considerado antidemocrático que um Ministério de Relações Exteriores seja liderado ou esteja nas mãos de um representante partidário. Até certo ponto, isto é reflexo da preferência da voz do povo, que tem a oportunidade, em democracias que merecem esse nome, de se pronunciar em intervalos regulares sobre se está de acordo ou não com determinadas linhas de atuação governamental.

Houve também comentários sobre a adesão da Venezuela. Um comentário importante foi o do Deputado Fontana. O Parlamento brasileiro, o nosso Congresso, teve ampla oportunidade de se pronunciar sobre o ingresso da Venezuela no MERCOSUL e se pronunciou favoravelmente. Na verdade, esse ingresso está em debate, em consideração, desde 2006, de modo que não há precipitação no processo. Um protocolo de adesão foi negociado ao longo de vários anos e entrou em vigor no dia 12 de agosto de 2012. Ou seja, também não há dúvida sobre a vigência, do ponto de vista jurídico, do ingresso da Venezuela no MERCOSUL.

Creio que foi o Deputado Nishimori que perguntou em que pé estávamos em termos da incorporação pela Venezuela da normativa do MERCOSUL, da adoção da tarifa externa comum, da nomenclatura comum do MERCOSUL, e eu queria garantir a todos que esse processo está em andamento. Houve uma reunião do grupo de trabalho criado especificamente com o objetivo de incorporar plenamente a Venezuela à normativa do MERCOSUL no mês de agosto, em Montevideu, e essas reuniões continuarão se realizando a cada mês, daqui até o fim do ano, quando teremos a Cúpula do MERCOSUL em Brasília. A expectativa é a de que até lá tenhamos avançado suficientemente para, na maior parte desses quesitos, já estarmos prontos para tratar a Venezuela na condição de membro pleno, sendo que existem também cronogramas de desgravação negociados no próprio Protocolo de Adesão e que levarão algum tempo para entrar em vigor.

Foi feita uma pergunta sobre regularização migratória no Paraguai, e eu devo dizer que ela prossegue de maneira muito satisfatória. Na verdade, desde que o Governo paraguaio aderiu ao Acordo de Residência do MERCOSUL, o Brasil tem



podido organizar jornadas de regularização migratória; talvez possamos até dizer que, no Paraguai, ela prossegue de maneira mais satisfatória do que na Bolívia, onde ainda encontramos alguns desafios nesse particular.

O Deputado Roberto Lucena fez alguns comentários que, acredito, de certa forma, já respondi. Volto a dizer que não há pronunciamento sobre o ordenamento interno paraguaio; o que há é uma decisão sobre a continuação ou a suspensão temporária da cooperação com o Paraguai para efeitos de integração regional. Essa é a postura.

O Deputado Gonzaga Patriota falou do reconhecimento de títulos universitários, tema em relação ao qual todo diplomata tem sensibilidade especial, visto que seus filhos estudam fora e precisam de reconhecimento quando voltam. Temos conversado com o Ministro Haddad para que isso ocorra de maneira mais célere, sobretudo agora que temos um programa como o Ciência sem Fronteiras que está levando 14.700 estudantes brasileiros para estudarem no exterior. Então, é importantíssimo que, ao voltarem, eles encontrem um ambiente acolhedor.

Estamos trabalhando também, como comentei aqui, na presidência *pro tempore* do MERCOSUL, para facilitar o intercâmbio estudantil entre os países do MERCOSUL e, esperamos, de toda a América do Sul muito em breve.

O Deputado Alfredo Sirkis falou do Paraguai e um pouco de Honduras. Em relação a Honduras, faço o mesmo comentário que fiz, de certa forma, em relação ao Paraguai. Honduras foi suspensa da OEA, e a suspensão da OEA representa um pronunciamento coletivo. Por mais que um ou dois países pudessem ter tido uma visão parcial do que aconteceu lá — quando a Carta Democrática Hemisférica adotada por todos é invocada e a organização em seu conjunto adota uma decisão coletiva como essa —, eu acho que temos de respeitar, porque ainda é a maneira mais objetiva de nos pronunciarmos sobre situações como essa.

Trabalhamos muito, no âmbito multilateral, na crítica e no combate a manifestações unilaterais de determinados países sobre vigência democrática, liberdade de expressão, respeito aos direitos humanos ou não. Foi por isso que nós defendemos muito, no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, um sistema de revisão periódica universal que permita à comunidade internacional como um todo avaliar o que se passa, e não apenas a um único Governo.





Na medida em que trabalhamos para aperfeiçoamento do multilateralismo nesse espírito, acho que devemos também respeitar e valorizar as manifestações multilaterais, quando elas são adotadas em respeito aos seus próprios procedimentos.

Foi mencionada também pelo Deputado Alfredo Sirkis a questão do Oriente Médio, a ameaça de intervenção militar unilateral contra o Irã em razão de uma suspeita de militarização do programa nuclear iraniano. Eu acho que, nesse particular, o Brasil tem sido extremamente claro em suas posições. A Presidenta Dilma tem dito que uma intervenção militar unilateral seria uma catástrofe e só contribuiria para exacerbar ainda mais as tensões no Oriente Médio, região já suficientemente conflagrada, inclusive com o Iraque, e que continua sujeita ao terrorismo, com instabilidade na Síria, etc.

Mas eu chamaria atenção para uma manifestação muito recente: o comunicado conjunto que emitimos — o Chanceler da Suécia, Carl Bildt, e eu — na semana passada, em que é declarado, com todas as letras, que uma intervenção militar unilateral contra o Irã seria contrária à Carta das Nações Unidas e contrária ao Direito Internacional.

É muito importante que o número crescente de vozes se manifeste nessa direção, porque, quando ouvimos a frase *“todas as opções estão sobre a mesa”*, às vezes repetida em certas Capitais, deve-se ter presente que algumas opções sobre a mesa são ilegais e contrárias à Carta das Nações Unidas. E não estaremos contribuindo em nada para a paz e a estabilidade internacional se nós não respeitarmos os próprios acordos que subscrevemos livremente — e a Carta da ONU é um dos mais importantes deles.

Como tratamos os imigrantes que estão afluindo ao Brasil? Bom, uma questão importante é esta de reconhecimento de títulos universitários, mas existem programas que favorecem a vinda deles. Um é o Programa Jovem Cientista, que o Ministro Aloizio Mercadante levou adiante quando era Ministro da Ciência e Tecnologia e que agora apoia como Ministro da Educação. Ele visa trazer ao Brasil um número crescente de cientistas. Portanto, não é só o Programa Ciência sem Fronteiras, que manda estudantes brasileiros para fora, há também um programa que tem a finalidade de trazer jovens cientistas ao Brasil e — por que não? —



também abrir o Brasil à imigração, na medida em que ela seja legal e plenamente respeitosa das nossas leis.

Lembro aqui também de uma abertura, decidida em janeiro deste ano, a imigrantes haitianos que estavam sendo objeto de tratamento desumano e exploração por intermediários, por meio de uma rota que incluía o Equador e o Peru. Abrimos a possibilidade de concessão de até 100 vistos de trabalho aos haitianos, totalizando 1.200 no ano. E acho que calculamos bem, porque, até o mês de agosto, foram concedidos mais ou menos 760 vistos. Ou seja, está sendo plenamente aproveitada essa janela. E não só isso: de acordo com as informações que tenho de algumas empresas privadas que têm contratados esses haitianos, eles estão, em sua grande maioria, adaptando-se bem às condições de trabalho.

Sei que a senhora, por ser do Acre, tem preocupação especial com esse caso; sei que 100 haitianos continuam do outro lado da fronteira aguardando um tratamento adequado para a sua situação. Estamos em conversa também com o Peru, mas a ideia é não facilitar mais esse ingresso como foi facilitado antes da concessão dessa possibilidade dos 100 vistos mensais, porque isso só fortalece o crime organizado e a atuação de intermediários, que são os que, em última instância, lucram com a imigração desorganizada.

Foram feitos comentários aqui sobre a Venezuela, e acho que não é o caso abriremos um debate mais aprofundado sobre isso. Mas lembraria aqui que nenhum país sul-americano retirou o seu embaixador de Caracas em protesto a alguma prática não democrática ou considerada atentatória à democracia.

Então, mais uma vez, acho que há um julgamento coletivo da região de que malgradas as imperfeições democráticas que constatemos em cada um dos nossos países, o julgamento coletivo é o de que há, sim, democracia na Venezuela. O Presidente Chávez foi sucessivamente eleito de forma democrática. Ruptura da ordem democrática, se ocorreu flagrante, foi na tentativa de golpe de abril de 2002, a qual, aliás, alguns países da região não se apressaram a condenar na época, o que criou surpresas generalizadas.

Quanto à questão de liberdade de imprensa na Venezuela — como sabem aqueles que vão frequentemente àquele país ou que moraram lá, como eu, o Embaixador Simões, que está aqui, e o Embaixador Ruy Nogueira, aliás, dois ex-



Embaixadores na Venezuela —, a imprensa venezuelana é predominantemente crítica ao Presidente Chávez. E critica com grande liberdade e sem maior inibição. De modo que, nesse quesito, não vejo maior espaço para críticas.

Críticas poderão existir, porém, mais uma vez o julgamento regional... E, agora mais ainda, quando vemos a Venezuela desempenhando papel muito construtivo no que poderá ser um novo limiar de paz e estabilidade na vizinha Colômbia. A Venezuela é um dos países que, além de Cuba, têm contribuído para esses entendimentos.

O Deputado Ivan Valente falou do processo de amadurecimento da democracia. Concordo muito com essa expressão, porque acho que, de fato, existe, não democracias perfeitas, mas democracias mais maduras e menos polarizadas. Sem dúvida, todos aqui estamos muito comprometidos com aperfeiçoamento da nossa própria.

Aproveito para responder outro questionamento. Alguém perguntou como vejo a relação entre formulação de política externa, desenvolvimento de uma atuação externa, e o papel do Congresso. Bom, o Congresso já tem um papel em seu trabalho de ratificação de acordos e na aprovação das designações de embaixadores para servir no exterior — tarefa a que a Comissão de Relações Exteriores do Senado está mais diretamente vinculada. Mas acredito que, nesses debates que estamos realizando hoje, cada vez mais, justifica-se a vinda do Ministro e de Embaixadores envolvidos em negociações específicas às Comissões de Relações Exteriores da Câmara e do Senado, como tem sido o caso, ou que se mantenham contatos individuais.

Por exemplo, quando houve a situação no Paraguai, chamamos de volta o Embaixador Eduardo Santos, ele esteve conversando com Parlamentares também, e eu recebi Parlamentares do Itamaraty. Aliás, seguindo uma instrução da Presidenta Dilma, sistematicamente, mas também por inclinação pessoal, recebo todos os Parlamentares que pedem para me ver, individualmente ou em grupos, para tratar de qualquer assunto que seja de seu interesse. E pretendo continuar nessa linha e aprofundar cada vez mais essa atuação.

Quanto ao que foi mencionado no sentido de que talvez devêssemos examinar formas de atuação mais participativa ou maior atividade na busca de paz



no Oriente Médio, assinalaria que, às vezes, a atividade não é inteiramente visível, mas quero assegurar aos que aqui estão que existe muita atividade. Inclusive, o Brasil talvez seja um dos únicos países aqui da nossa região que tem um enviado especial para o Oriente Médio: o Embaixador Cesário Melantonio, que viaja pela região, mantém contatos com outros interlocutores em posições semelhantes e, recentemente, manteve uma série de encontros em Washington e em Paris sobre um conjunto de situações envolvendo Síria, Israel e Palestina e também o Irã e Israel. E eu próprio estou permanentemente em contato com colegas. O Chanceler da Turquia, Ahmet Davutoglu, é um interlocutor, até certo ponto, privilegiado nessas conversas.

Como comentei, acabei de ter uma conversa com o novo enviado especial para a Síria. Em breve pretendo também realizar uma viagem a Israel e aos territórios palestinos. Estamos sempre movidos pelo propósito de levar a estabilidade e também a defesa — como fez a Presidente Dilma no ano passado, na Assembleia Geral da ONU — de um Estado palestino independente, com *status* de observador nas Nações Unidas, sem desconsiderar, obviamente, a importância da segurança de Israel. Israel é um parceiro do MERCOSUL, Israel é um país com o qual desenvolvemos relações amistosas.

Quanto às relações com a África, fico muito satisfeito em saber que um grupo de amizade parlamentar com Cabo Verde está sendo estabelecido. Acabei de fazer uma escala em Cabo Verde e me encontrei com o Chanceler Jorge Borges. Cabo Verde tem um papel muito importante na região, e, agora, com a questão de Guiné-Bissau, por ser membro da CPLP e também da Comunidade Econômica Estados da África Ocidental. O Timor-Leste é um dos receptores privilegiados da cooperação técnica brasileira, numa série de áreas: fortalecimento do setor da Justiça, capacitação de técnicos em diferentes setores, etc.

Na mesma medida em que gostaríamos de ter mais recursos para descer e estarmos mais ativo na África e em lugares como o Timor ou o Caribe, nossos recursos são limitados. Ainda são de uma agência de país em desenvolvimento, mas temos tentado, com a assistência do Embaixador Ruy Nogueira, que também foi responsável por essa área especificamente no passado, estabelecer prioridades para maximizar os recursos de que dispomos e selecionar os países e programas



que possam ter maior impacto. País pequeno é, por definição, país onde há mais impacto. Talvez possamos diminuir gradualmente os programas em países de renda média e em países maiores que têm outros recursos, e nos concentrar no Caribe insular, na África, em países como o Timor e no Oriente.

Finalmente, quanto ao comentário sobre a questão do ressentimento do Paraguai, acho que ele é muito válido tendo em vista a nossa história. Temos de ter uma sensibilidade especial para isso, mas podemos também argumentar que essa sensibilidade especial já está sendo manifestada. E a maneira mais clara em que ela foi manifestada foi quando, por decisão dos Chefes de Estado do MERCOSUL e da UNASUL, ficou muito explícito que a única sanção a se adotar era relativa à participação do Paraguai nas deliberações dos órgãos. Não haveria qualquer sanção econômica, não haveria qualquer interrupção de programa de cooperação, de facilitação de créditos através do FOCEM, entre outros. Acho que é uma sinalização muito clara de que não se trata de punir o povo, a sociedade paraguaia, e sim de nos manter comprometidos com a democracia como condição essencial para a integração.

Espero não ter tomado tempo demais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**(Não identificado)** - Ministro, só uma ressalva: o Senador Roger Pinto...

**O SR. MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA** - O senhor tem toda razão. Eu devia ter comentado.

Bom, é uma situação que já dura alguns meses. Essas citações e frases que o senhor mencionou foram feitas mais no início, no calor dos acontecimentos. De lá para cá, tem havido moderação. E acho que, num contexto como esse, não se trata de elaborarmos sobre os esforços que estão sendo desenvolvidos para que haja um encaminhamento adequado, mas quero garantir ao senhor que sim, estão ocorrendo conversas e esperamos que o encaminhamento seja o mais adequado possível, dentro do mais breve prazo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Quero agradecer aos colegas Parlamentares, à imprensa, à assessoria, aos membros do Itamaraty e, em especial, ao Ministro Patriota a presença.



São 13h40min, e, na verdade, o Ministro ouviu todos os Parlamentares inscritos.

Muito obrigada.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente audiência pública.